



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 723 - DE 8 A 21 DE SETEMBRO DE 2024 - R\$ 5,00

86 anos
da fundação da
IV Internacional



O agravamento da crise econômica mundial, as guerras e o avanço da miséria das massas colocam para a vanguarda marxista-leninista-trotskista a tarefa de superar a crise de direção

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

Governo Lula se sujeita até a medula aos interesses do grande capital e se submete politicamente aos partidos oligárquicos que controlam o Congresso Nacional

PÔR EM PÉ UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO BURGÊS DE LULA!

Escancarada a podridão das eleições municipais

Voto Nulo em defesa das reivindicações dos trabalhadores e da independência de classe de suas organizações

FORTALECER A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Greve geral e manifestações em Israel

Um caminho para acabar com a ocupação da Faixa de Gaza

A questão dos reféns israelenses em poder do Hamas desde o início da conflagração foi um problema para o governo de Netanyahu. À medida que os meses se passavam, a carnificina dos palestinos aumentava e as Forças de Defesa de Israel não conseguiam dominar completamente a Faixa de Gaza, ficava cada vez mais visível que o destino dos 251 reféns não fazia parte dos cálculos de Netanyahu.

O Hamas em sua operação de ataque a Israel avaliou a importância dos reféns como moeda de troca. Isso tanto no sentido do curso que tomaria a resposta do Estado sionista, quanto no objetivo de demonstrar a enorme quantidade de palestinos que se acha no cárcere israelita por resistirem à opressão. O Hamas deixou para trás 1200 mortos. Em poucos dias de bombardeios na Faixa de Gaza, milhares de palestinos morreram. Hoje, as autoridades palestinas contabilizaram 40.879 vítimas fatais e quase 100 mil feridos graves. Esse número cresce diariamente, e agrava-se com os assassinatos de palestinos na Cisjordânia.

Os Estados Unidos encorajaram Netanyahu a invadir a Faixa de Gaza e caçar o Hamas sabendo que cobriria o estreito território com um rio de sangue. Em nome do “direito à defesa”, a burguesia sionista se lançou a mais uma das guerras de dominação colonialista na Palestina. Assim que a matança foi tomando proporções de um genocídio em curso, crescendo mundialmente a condenação do governo Netanyahu, avultando o movimento pró-palestinos, chegando à Corte de Haia um pedido de condenação de autoridades governamentais por prática de genocídio e aumentando a instabilidade no Oriente Médio, Biden decidiu vestir a máscara da pacificação e de uma solução futura que permitisse aos palestinos terem uma paródia de Estado, como estava previsto nos acordos de Oslo e na original decisão da ONU, em 1948, de partilha da Palestina.

Inúmeras viagens de autoridades norte-americanas serviram para propagandar a farsa de que Biden não aprovava a inflexibilidade de Netanyahu e que despendia esforços como “mediador” de um acordo de cessar-fogo. Como parte das negociações, comparecia a troca de prisioneiros palestinos pela entrega de reféns. Chegou-se ao acordo de novembro de 2023 com a troca de 24 reféns israelenses por 39 palestinos, e quatro dias de trégua. Netanyahu manobrou sob intensa pressão, e os Estados Unidos o ajudaram deixando assentada a posição de que essa seria a via para se chegar a um “cessar-fogo”.

A destruição das estruturas da Faixa de Gaza, o morticínio e o regime de fome imposto se mantiveram sob a diretriz de liquidar o Hamas e anexar a Faixa de Gaza, dando um passo a mais na anexação de toda Palestina, já que a Cisjordânia se encontra em regime de semi-anexação.

Em junho, uma operação de resgate realizada em um acampamento matou 274 palestinos e levou para casa 4 reféns mortos. Agora, diante do resgate de 6 reféns sem vida, a central sindical – Histcdrut – convocou a greve geral que se realizou no dia 2 de setembro. Praticamente, paralisou Israel e milhares ganharam as ruas exigindo o cessar-fogo e a volta dos reféns com vida. Mediante a decretação de ilegalidade, a direção recuou e desativou a greve geral. As massas

israelenses, certamente, ainda não se despertaram para os reais e profundos motivos conjunturais e históricos dessa ação militar devastadora na Faixa de Gaza.

É necessário sublinhar que judeus de várias partes do mundo, principalmente dos Estados Unidos, não compartilharam e não compartilham com a política colonialista do sionismo. A classe operária e os demais trabalhadores israelenses, bem como os judeus espalhados pela diáspora por toda parte, poderão confluir com a luta dos palestinos pelo fim de sua opressão nacional. Mas, depende em grande medida de os oprimidos palestinos e a maioria oprimida árabe se organizarem no campo de classe. Somente assim a questão nacional emergirá como parte da luta pela derrocada do sistema imperialista de dominação, que virá da luta pelo fim do capitalismo e estabelecimento das bases sociais da transição do capitalismo ao socialismo.

A Palestina conhecerá a paz entre judeus e palestinos sob uma República Socialista, como parte das conquistas revolucionárias pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Há que constituir os partidos da revolução social em Israel e na Faixa de Gaza-Cisjordânia como partidos internacionalistas que tenham o objetivo comum de superar todas as formas de opressão – a nacional é uma das mais complexas.

A história não deixará impune o massacre na Faixa de Gaza. A burguesia imperialista, da qual a fração judia sionista não passa de um agente, vem criando as condições para a sua própria derrocada com as guerras de dominação. O problema está em que a classe operária se encontra órfã da direção revolucionária, ou seja, da vanguarda consciente que encarne o programa da revolução social e expresse as experiências das revoluções que derrubaram a burguesia, expropriaram a grande propriedade dos meios de produção, implantaram as bases da propriedade social e iniciaram a transição do capitalismo ao socialismo.

É fundamental não perder de vista a guerra na Ucrânia e não desvincular o genocídio na Faixa de Gaza das tendências gerais da escalada militar. Os Estados Unidos estão na base das duas conflagrações, e caminham para uma confrontação na Ásia Oriental com a China. Desgraçadamente, as massas não se despertaram para a guerra na Ucrânia, tanto quanto com o que se passa na Faixa de Gaza. Isso se deve à crise de direção, uma vez que, sem os partidos revolucionários e uma poderosa organização internacional do proletariado, ficaram obscurecidas as suas raízes que se encontram no processo de restauração capitalista e na liquidação da URSS.

A brutal crise econômica e política que sobressaltam as potências, com os Estados Unidos, França e Alemanha à frente, vem despertando as massas para a luta de classes. A unidade dos explorados e dos povos oprimidos contra a política de guerra e de escalada militar é a tarefa fundamental a ser alcançada diante das catastróficas consequências da desintegração do capitalismo. Trata-se da vanguarda marxista-leninista-trotskista aproveitar cada situação dos enfrentamentos capitalistas para responder com o programa do proletariado e colocar-se à frente dos combates.

Dimensões da crise econômica e política

A necessidade dos explorados saírem em defesa de seu programa de reivindicações

A boa notícia para o governo Lula foi que o crescimento econômico no segundo trimestre de 1,4% superou a expectativa de 0,9%. Assim, a previsão é de que fechará o ano com um crescimento entre 2,5 e 3%. Nesse mar de otimismo do presidente da República, a imprensa ressaltou o crescimento do emprego formal. A indústria e serviços cresceram e a agropecuária caiu.

Segundo os analistas, nada indica, no entanto, que essa façanha imprevista se repita. A taxa de investimento de 16,8% continua baixa, um pouco acima de 16,4% em referência ao segundo trimestre de 2023. Está prevista uma maior contenção dos gastos estatais, devido ao compromisso do governo de alcançar o equilíbrio fiscal. Um menor déficit nas contas públicas somente se alcança com aumento da arrecadação ou corte de gastos.

O crescimento no segundo trimestre permitiu uma arrecadação acima do aguardado. O prognóstico predominante de que essa vantagem não tem perspectiva de sustentabilidade leva à conclusão de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá de apertar o cerco dos cortes orçamentários. O assistencialismo tão caro aos reformistas do PT não tem como ser ampliado e pode ser restringido. Há sinais concretos de que esse tipo de medida já está sendo aplicada, como se verifica no caso do aperto ao cadastro das famílias que têm direito aos programas assistenciais e as restrições à farmácia popular.

Ao lado da boa notícia, veio a má: o déficit da dívida pública em julho foi de R\$ 21,3 bilhões. O montante da dívida bruta saltou de R\$ 8,691 trilhões para R\$ 8,826 trilhões. Em termos relativos, perfaz 78,8% do PIB. O que acarreta uma carga de juro e amortização que sangra o Tesouro Nacional e limita brutalmente a capacidade do orçamento. A Federação da Indústria de São Paulo (Fiesp) calcula que em uma década o País despendeu R\$ 4,7 trilhões. Uma soma maior que os gastos com a saúde, educação e infraestrutura.

Lula está empenhado em substituir o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por Gabriel Galípolo, que supostamente estaria mais afeito à política econômica do governo, que pressupõe uma taxa menor de juros (Selic). Para isso, negocia o nome de seu apadrinhado com os presidentes da Câmara de Deputados e do Senado.

Há pouco, o Executivo, Legislativo e Judiciário chegaram a um acordo sobre as emendas parlamentares, do relator e da remessa de recursos via pix. Rios de dinheiro são entregues à oligarquia partidária para fazer politicagem e toda sorte de trambicagem. O orçamento secreto de Bolsonaro apenas se tornou mais discreto.

Lula teve de se submeter ao imperativo do Congresso Nacional sobre o Orçamento da União. A política econômica do Executivo passou a depender terminantemente da oligarquia partidária, que forma as bancadas de interesses corporativos.

O peso da dívida pública amarra as diretrizes econômicas e torna o presidente da República refém do Legislativo, que constitui uma cova de interesseiros e ladrões. Mas, esse emaranhado se estende à relação com o Judiciário, que ganhou uma força política extraordinária nas condições de fraqueza dos governos petistas e principalmente depois do impeachment de Dilma Rousseff, prisão, soltura, reabilitação de Lula, debilitamento do governo Bolsonaro e tentativa de golpe de Estado pela ultradireita bolsonarista.

Está claro que os explorados não devem esperar mais migalhas do assistencialismo petista. O capitalismo em geral é um regime econômico em decomposição. O curso dos acontecimentos é ditado pela alta concentração de riqueza sob o controle da ultra-

minoria capitalista e a extensa pobreza e miséria da maioria. Está posta a organização de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, tendo como ponto de partida o programa de reivindicações da classe operária e da maioria oprimida.

Conflito entre poderes do Estado

Chama a atenção o fato de o Supremo Tribunal Federal se erger como arauto da “democracia”, portanto, cumpridor da Constituição de 1988, e os bolsonaristas, na qualidade de seus opositores, se insurgirem como defensores da “liberdade de expressão”. O conflito mais recente se armou com as investigações em torno às falsas notícias na internet e a apresentação no Congresso Nacional do Projeto de Lei sobre Fakes News.

Nesse exato momento, está em andamento o choque do STF com o magnata das comunicações Elon Musk. A decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender a rede social enquanto a empresa X não cumprir a decisão da justiça criou um alvoroço político.

Agravou o embate de Musk com o STF o anúncio de que a X havia fechado o seu escritório no Brasil. Segundo a legislação brasileira, é obrigatória a existência de uma representação física no País. A embaixada dos Estados Unidos saiu em defesa de Musk em nome do “direito de expressão”, e Lula se viu obrigado a dizer que a X deveria se sujeitar à Constituição e às leis brasileiras. A Starling – outra empresa de Musk que controla o sistema de satélites – teve de voltar atrás em sua posição de não acatar a decisão de Alexandre de Moraes, confirmada pelo STF.

Esse imbróglio evidenciou o quanto o Brasil se acha submetido ao controle externo de seu sistema de internet. A prepotência de Musk corresponde ao controle das comunicações via satélite, o que inclui as Forças Armadas.

É secundário se o ministro Moraes exorbitou com a decisão “monocrática”, depois confirmada pelo plenário do STF. O fundamental está em que a empresa X e Starling mandou às favas as leis e regulamentações do Brasil. Todas as forças e instituições que saíram em defesa de Musk são serviços do imperialismo e protetoras de interesses econômicos ditados desde fora do país.

A bandeira da “liberdade de expressão” oculta que o controle do sistema de informação pelos monopólios garantem a “liberdade de expressão” de acordo com seus interesses materiais e com o “princípio de proteção nacional”, no caso dos Estados Unidos. Em sua base está a subordinação do sistema de comunicação à propriedade privada dos meios de produção e aos negócios entre os capitalistas.

A recente punição ao russo, Pavel Durov, dono do aplicativo Telegram pela França, e a investida dos Estados Unidos para impedir a Tik Tok chinesa indicam a guerra comercial e a disputa pelo controle das informações. O governo norte-americano justifica o cerceamento à empresa chinesa com o princípio da “segurança nacional”. Mas, o complexo X e Starling compromete a segurança de uma infinidade de países, incluindo o Brasil, como estamos vendo com o rechaço de Musk de cumprir a decisão do judiciário brasileiro.

É cegueira, tolice ou má-fé colocar a questão nos termos de “liberdade de expressão”, como um valor em si mesmo.



No outro lado da medalha, se verifica a impotência jurídica para impor a Musk as condições brasileiras para o funcionamento de suas empresas. Nenhum controle nacional está posto. A X e Starling continuarão se sobrepondo à soberania do País, seja lá qual for o desfecho da pendência.

O direito de livre expressão somente pode ser imposto à burguesia pela classe operária em luta, como parte do combate da maioria oprimida pela expropriação revolucionária do grande capital, que inclui o sistema monopolista de comunicação, do qual as empresas de Musk são uma parte decisiva.

Acossado pelos confrontos mundiais

Passo a passo, desfazem as ilusões de que o governo Lula possa ocupar o lugar de mediador dos choques internacionais. Essa posição cômoda vem se desmoronando nas condições de guerras, disputas comerciais e escalada militar. Não há como ser neutro, ou pacifista. As forças mundiais do capitalismo em decomposição se confrontam e se polarizam. Os mais fracos têm de ceder passagem aos mais fortes. E os mais fortes se veem empurrados para a guerra. Assim ocorreu no passado do capitalismo da época imperialista. Assim ocorre no presente nas condições de esgotamento da partilha do mundo décadas após a Segunda Guerra Mundial.

As forças produtivas altamente desenvolvidas se encontram enclausuradas pelas relações capitalistas de produção e tendem à desintegração. É o que explica o desencadeamento da guerra na Ucrânia, a ferocidade como os palestinos são massacrados na Faixa de Gaza, a corrida econômica dos Estados Unidos contra a ascensão da China e a crescente instabilidade na América Latina e África. Assiste-se à emersão do nazifascismo na Europa.

O Brasil aumentou seu peso econômico na América do Sul, mas não deixou de ser um país semicolonial, raquítico diante das velhas potências e da projeção da China. A sua influência no continente latino-americano continua na dependência dos Estados Unidos. Por mais que o governo de Lula procure soltar algumas amarras da política de Washington, valendo-se do crescimento da dependência de suas exportações de commodities para a China, não tem como ir além do que a burguesia brasileira e latino-americana permite.

No passado, Lula arvorou-se em mediar o acordo nuclear dos Estados Unidos com o Irã. Acabou sendo execrado por Barack Obama. Sobrou apenas humilhação. Essa lição não serviu aos nacional-reformistas petistas. Diante da guerra na Ucrânia, pensou que poderia se destacar como negociador de paz, bastando declarar-se neutro. O imperialismo exigiu que condenasse a Rússia. Condenou. Mas, de nada adiantou. Veio o genocídio na Faixa de

Gaza. Admitiu que de fato se tratava de um genocídio. Mas, teve de condenar o Hamas como organização terrorista, como exigiram os Estados Unidos. Lula não fez senão reclamar o humanitarismo e a paz, exortando dois Estados. Ficou, assim, completamente à margem.

Lula assistiu à queda de seu aliado peronista, Alberto Fernández, na Argentina e teve de engolir as provocações de Javier Milei. O Mercosul permaneceu no fundo do poço.

Agora, se bate diante da crise na Venezuela. Lula procurou manter-se em linha paralela com a posição dos Estados Unidos e potências europeias. Evitou assumir os ataques ao regime de Maduro que favoreciam diretamente a oposição de direita e ultradireita. Apresentou-se na OEA em aliança com a Colômbia e México, distinta da aliança montada pelos Estados Unidos que desde sempre acusaram o governo de fraudar as eleições. Não se colocou pelo reconhecimento da vitória da oposição, como fez a aliança do imperialismo. Mas, também não aceitou o veredito de vitória de Maduro, sem que as atas eleitorais fossem apresentadas e periciadas por um comitê "independente". Diante do impasse, Lula lançou a proposta de novas eleições, que não foi aceita nem por Maduro, nem pela oposição.

O impasse aumentou: Lula não pode reconhecer o governo reeleito. Mas, a China, Rússia e outros países dos Brics aceitaram como válida a eleição de Maduro. O Brasil foi elogiado pelo acordo de Barbados de outubro de 2023, que apaziguava a Venezuela e Guiana, bem como assentava a presença externa de inspetores nas eleições. Quanto às eleições, o governo brasileiro saiu chamuscado.

A Venezuela era um ponto de apoio a Lula, que se identifica por meio do PT com o nacional-reformismo. O PT correu a reconhecer a vitória de Maduro no dia seguinte, deixando Lula em situação difícil, tendo de apresentar sua discordância. O governo do Chile que se dizia de esquerda caminhou para a direita. Gabriel Boric assumiu plenamente a posição norte-americana. Juntamente com Milei, fez oposição à posição brasileira. Predominam as tendências à direitização na América Latina. O que dificultará o alinhamento econômico do Brasil com a China.

Passadas as eleições nos Estados Unidos, seja Kamala Harris, seja Donald Trump, o imperialismo norte-americano fará uma ofensiva mais dura contra a China. A política exterior de Lula se mostra errática e de difícil sustentação nas condições dos alinhamentos que se polarizam em torno à guerra na Ucrânia, à ocupação na Faixa de Gaza e à guerra comercial.

A oposição revolucionária ao governo Lula expressa o internacionalismo proletário. A luta contra o governo incapaz de enfrentar as forças do imperialismo virá dos explorados, que reconhecerão o vínculo entre suas condições precárias e miseráveis por meio de sua vanguarda que encarna o programa da revolução social.

Fortaleza

Prossegue disputa interburguesa entre Wagner e Sarto nas eleições municipais

A última pesquisa de intenção de voto para prefeito, realizada pelo instituto Ideia e divulgada neste 03 de setembro, mostra o quadro da disputa eleitoral ainda centrado nos candidatos capitão Wagner (União Brasil) e José Sarto (PDT).

A pesquisa encomendada pela TV Jangadeiro mostrou Wagner na dianteira com 31% das intenções de voto, seguido por Sarto com 24%, André Fernandes/PL com 16% e Evandro Leitão/PT com 14%. Eduardo Girão/NOVO aparece com 3%, enquanto Técio Nunes/PSOL e Zé Batista/PSTU têm 0,4%, cada. Chico Malta/PCB e George Lima/Solidariedade fecham a pesquisa com 0,3% e 0,2%, respectivamente. Os nulos/brancos alcançam 5%.

Curiosamente, a disputa eleitoral não tem sido polarizada entre a ultradireita e o nacional-reformismo. O antigo bolsonarista, Wagner, que se afastou da figura do ex-presidente, migrou para uma posição de centro-direita sem deixar de perder ascendência sobre parte da ultradireita. O agora candidato oficial do bolsonarismo (André Fernandes) teve de se contentar em dividir a influência sobre este segmento. Sua pretensão de substituir completamente Wagner como a nova liderança conservadora (contando, inclusive, com o apoio pessoal do clã bolsonarista) fracassou. Mas, o antagonismo entre os postulantes não para por aí. Enquanto Fernandes alcançou sua projeção graças ao bolsonarismo, devendo

tudo a ele e refletindo uma origem um tanto orgânica ao reacionarismo, Wagner conheceu a projeção política por meios próprios, a partir de sua liderança na greves da PM e conservando uma certa liberdade de movimento, vindo só mais tarde a aderir ao bolsonarismo. O choque cada vez mais virulento entre os dois expressa a luta do bolsonarismo por delimitar-se e manter a força política das eleições anteriores. André Fernandes se projetou às custas do esvaziamento da candidatura do reacionário Eduardo Girão (o terceiro e natimorto postulante à liderança ultradireitista), mas não consegue penetrar na base de apoio de Wagner. Será capaz de fazê-lo nas próximas semanas? Tudo indica que não. Eis a razão de não superar o patamar dos 14-16%.

O nacional-reformismo que, em eleições anteriores, foi representado por Luizianne Lins (preterida pelo PT na atual disputa) comparece diluído na candidatura de Evandro Leitão que ocupa uma posição vacilante entre o centro e a centro-esquerda. Vinculado a Cid e a Camilo, o presidente da ALECE não tem maiores diferenças para com o bloco de seu ex-aliado, o prefeito Sarto. Basta lembrar que fez carreira nas hostes da oligarquia Ferreira Gomes e, ingressando no PT apenas para se lançar candidato pela coligação estadual, ajudou a eleger Sarto no pleito de 2020. O apático Evandro Leitão, ainda que contando com a máquina estadual em seu favor, com todas as vantagens de uma ampla coligação (maior aporte financeiro, maior tempo de TV) e o apoio direto de Lula/Ca-

milo/Cid, tem crescido muito lentamente nas pesquisas e amarga apenas o 4º lugar. Sua sorte depende da capacidade da coligação subtrair os votos do atual prefeito que, contra todas as projeções, tem conseguido reverter a pesada rejeição dos anos anteriores. Por sua vez, Sarto compreende que a vitória e sua consequente reeleição não é apenas uma questão de triunfo pessoal, mas da sobrevivência do grupo político de Ciro Gomes, que corre o risco de ser desalojado de seu último bastião.

O período que nos separa do seis de outubro, certamente, poderá trazer mudanças. Até agora, porém, o início da propaganda no rádio, TV, e internet tem tido pouco impacto para mudança da correlação de forças. Por outro lado, tanto a candidatura da frente ampla como a da ultradireita bolsonarista (que dispõe de uma melhor posição nas propagandas oficiais) lançarão todas as forças para uma reviravolta nas intenções de votos.

A divisão interburguesa, suas disputas fracionais e a pouca diferenciação entre as candidaturas criam melhores condições para a propaganda entre os oprimidos do voto nulo em defesa das reivindicações e método da ação direta. A vanguarda com consciência de classe tem em suas mãos a tarefa de chamar os explorados a superar as ilusões no circo eleitoral e em qualquer reforma do capitalismo apodrecido e a confiar apenas em suas próprias forças para lutar por empregos, salários e direitos sob a estratégia da revolução proletária (governo operário-camponês).

Porto Velho

Intervir nas eleições em defesa do programa da classe operária

No dia 27/08, saiu a primeira pesquisa de intenções de votos dos 7 candidatos à prefeitura de Porto Velho. A candidata Mariana Carvalho, do União Brasil, lidera a pesquisa com 51% das intenções dos votos. A candidata faz parte da maior coligação em que abarca os partidos que são da ultradireita e da direita. Adotou o slogan "Somos todos Porto Velho", reunindo os partidos União Brasil, PL, Republicanos, PP, Cidadania, PSD, PRTB, Agir Avante e PRD. O prefeito Hildon Chaves, do União Brasil, que assumiu a prefeitura em 2017, se reelegeu no pleito de 2020, mas como era seu segundo mandato, teve de indicar sua aliada política Marina Carvalho.

Mariana Carvalho tem um histórico de aproximadamente 20 anos na política parlamentar. Foi vereadora em Porto Velho entre 2009 e 2013 pelo PSDB e deputada Federal de 2015 a 2023 ainda no PSDB. Terminou seu mandato no Republicanos. Atualmente, filiou-se ao União Brasil. É a segunda vez que se candidata para a prefeitura de Porto Velho. A primeira vez foi em 2012 quando era vereadora, obteve inexpressiva votação.

O segundo colocado nessa pesquisa é Leo Moraes, do Podemos, com 18% das intenções de votos e está sem coligação. Já foi vereador no período de 2013 a 2015; deputado estadual de 2015 à 2019; e deputado Federal de 2019 à 2023. Léo apoiou a reforma da previdência de Bolsonaro, votando a favor dessa contrarreforma. Em terceiro lugar, Euma Tourinho/MDB, com apenas 4% dos votos. Concorre pela primeira vez.

O candidato do PDT, Célio Lopes, obteve 3%. Está coligado com o PT, PCdoB, PV e PSB, sob o slogan "Renova Porto Velho". Os demais candidatos alcançaram de 2% a menos de 1%.

O que chama a atenção é o enfraquecimento do PT no estado, embora controlem a CUT local, o Sintero (sindicato da educação), principalmente. Chegou a comandar a prefeitura por dois mandatos, por meio de Roberto Sobrinho, que venceu os pleitos de 2004 e 2008. Nas eleições atuais, sem candidatura própria, apoia o PDT com Célio Lopes.

A ultradireita vem ganhando força durante os governos do coronel Marcos Rocha e do prefeito Hilton Chaves, ambos do União Brasil. O governador Marcos Rocha, que está em seu segundo mandato, foi uma alavanca importante para a política de Bolsonaro na região. Marina Carvalho, que comparece disparada nas pesquisas eleitorais, conta, assim, com as máquinas do estado e da prefeitura.

Pela ausência de um partido revolucionário, os explorados e a juventude oprimida estão sendo arrastados a apoiar a ultradireita. O fracasso do PT durante o governo de Roberto Sobrinho, sua passividade diante do avanço da ultradireita e o abandono das lutas em defesa das reivindicações dos explorados tem sido fator de sua rejeição nas eleições. Pelo seu caráter embrionário, a intervenção do POR nas eleições tem sido pequena. Mas o fundamental está em que, mesmo nessas condições, tem se colocado em defesa do programa da classe operária. Tem levantado a bandeira de não confiar nos partidos e candidaturas burguesas. Confiar, sim, em suas próprias forças para conquistar as reivindicações e lutar para derrotar o capitalismo, raiz da barbárie social. Por isso, intervém nas eleições com o voto nulo, por emprego, salário, saúde e educação e pelo fim das contrarreformas, trabalhista, previdenciária e do Novo Ensino Médio. Intervém sob as bandeiras de fim do sistema de exploração do trabalho e em defesa de uma sociedade socialista.

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

**AS ESQUERDAS
NO BRASIL**

O Trotskismo
diante da Tarefa
de Construir
o Partido
Revolucionário

**AS ESQUERDAS
NO BRASIL**

O Trotskismo diante da tarefa
de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR
O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO
SOCIALISTA,
A IV INTERNACIONAL

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



A militarização de escolas públicas é uma política de Estado oligárquico-policial

Trajectoria do Pecim

O governo ultradireitista de Bolsonaro iniciou a expansão do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), que havia sido aprovado em 2019, durante o governo golpista Temer. Por meio de um decreto, objetivando combater a evasão escolar e a baixa aprendizagem, o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa, com o apoio de governadores, prefeitos e uma ostensiva campanha nos meios de comunicação, começaram a transformação de escolas públicas regulares em escolas cívico-militares. Bolsonaro lançou a meta de 200 escolas durante o seu mandato. Com a eleição de Lula, sob pressão de um camada de trabalhadores da educação e sindicatos, em julho de 2023, suspendeu a implantação do Pecim. No entanto, a legislação permite que as escolas cívico-militares vinculadas aos programas estaduais e municipais não acatem a decisão do governo federal/MEC. O que fez com que o programa de militarização continuasse na maioria dos estados.

Dois ações reacionárias que caminham juntas

Uma fração da burguesia, aproveitando a crise política que tomou conta do governo de Dilma Rousseff/PT, retomou antigos projetos que estavam no Congresso Nacional, que objetivavam cercear ainda mais a liberdade de cátedra dos professores, que se intitularam de “Escolas sem Partido”. Na realidade, se baseavam em um movimento criado em São Paulo desde 2004, mas que ganhou força em 2015, com o crescimento de tendências fascizantes e a necessidade de maior controle ideológico nas universidades e escolas em geral.

Em 2016, em meio ao impeachment de Dilma, o senador Magno Malta apresentou o Projeto de Lei, que estabelecia a inclusão na LDB do Programa Escola sem Partido, sob a justificativa de combater a doutrinação dos professores em sala de aula. Diante dos protestos de estudantes, professores e setores da academia, que culminaram no movimento de ocupação de escolas em vários estados, o PL foi arquivado.

A ofensiva reacionária ganhou força, em seguida, com o Pecim. É preciso lembrar que a educação militarizada existe desde o início da República no Brasil. As Forças Armadas já tinham o controle de 15 colégios no país. O que fez Temer e Bolsonaro foi criar o modelo de ensino nas escolas públicas regulares, sob o comando do MEC e Secretarias da Educação, instituindo a co-gestão MEC e Ministério da Defesa. Para esse modelo de militarização, instituiu-se recursos próprios. Sobre a base do montante de gasto de “monitores militares”, de R\$ 98,3 milhões, que Lula suspendeu o Pecim. Portanto, não foi a doutrinação militarista exercida pelos tais monitores.

O fundamental está em que essas investidas da reação militarista/fascizantes não foram extintas. Comparecem agora na forma de política de governadores e prefeitos. A rejeição à “Escola sem partido” ganhou na época uma projeção nacional. A rejeição às “Escolas Cívico-Militares”, no entanto, ocorrem apenas nos estados em que são administrados por governadores de ultradireita, a exemplo do Paraná e São Paulo. No caso de São Paulo, as direções sindicais limitam o movimento às escolas indicadas por Tarcsio de Freitas, se recusando a travar um combate estadual pelo

projeto. E os estudantes, a maior força social, não contam com direções capazes de armar a luta coletiva, a exemplo do que ocorreu com a “Escola sem Partido”.

Carro-chefe das Escolas Cívico-Militares

O Paraná, governado pelo ultradireitista Ratinho Junior (PSD), foi a alavanca da militarização das escolas. Em 2018, o estado possuía duas escolas subordinadas à Secretaria da Segurança Pública. Agora, são 312 escolas regulares que se tornaram cívico-militares.

A luta dos professores contra essa investida reacionária do governador foi grande. Ratinho Junior só conseguiu implantar à custa da violenta repressão ao movimento. No entanto, sem uma poderosa greve nacional, que só poderia ser organizado pelas centrais e sindicatos em todo o país, o heroico movimento dos trabalhadores da educação e estudantes do Paraná não teve força para derrotar o projeto de escolas cívico-militares.

A escola ideologizada militarmente atinge, hoje, 192 mil estudantes no estado. Conta com um manual de conduta, que é apresentado no primeiro dia de aula aos pais, alunos e professores. Os estudantes são obrigados a usar o uniforme e submetidos a checagem diária. Ao invés de representantes de sala, utilizam-se os alunos considerados “melhores” para exercerem o posto de “chefes ou fiscais de sala”. A disciplina durante as aulas e no interior das escolas está a cargo dos “monitores-militares”, bem como o conteúdo das aulas “cívicas”.

Por meio da disciplina militar, o governador e seus porta-vozes vendem a falsa ideia de que é possível melhorar a “qualidade do ensino”. A extinção de discussões sobre racismo, sexualidade, democracia/totalitarismo, revolução/golpe de Estado etc. permitia, segundo os implantadores, alcançar as metas educacionais de aprendizagem. A disciplina e a obediência, assim, seriam os pilares do êxito das escolas cívico-militares.

Avanço das escolas cívico-militares

A quantidade de escolas cívico-militares triplicou nos últimos cinco anos no país. Em 2018, o número de escolas estaduais e federais era de 230. Hoje, são 792. Em vinte e três estados e no Distrito Federal implantaram a militarização nas redes estaduais ou municipais. Minas Gerais, Goiás e Maranhão eram os estados com maior número em 2018, com 29, 60 e 64 respectivamente. Em 2024, Paraná atingiu 312; Goiás 82, Maranhão, 77, Minas Gerais 41. Estados como Roraima, Mato Grosso, Tocantins, Rio Grande do Sul e Espírito Santo possuem mais de duas dezenas. Chama a atenção o estado de Rondônia que possuía uma escola e hoje já tem 19; Santa Catarina que contava com duas e agora reúne 16; Rio de Janeiro que tinha duas e já conta com 21.

Recai sobre o direitista governador paulista a reponsabilidade de ainda não conseguir impor o projeto militarista de Temer/Bolsonaro. Não por acaso, tem feito uma forte pressão sobre os diretores de escolas para que o modelo cívico-militar seja implantado. Apresentou uma lista de escolas consideradas “vulneráveis”, com mais de duas mil. Muitos diretores reagiram contrariamente, o que resultou em 302 escolas listadas, distribuídas em diferentes

regiões da capital e do estado. Tarcísio enfrentou manifestações por parte de direções sindicais e políticas, professores e estudantes, em particular das escolas em que as direções aceitaram o projeto. Sob a crítica de que se trata de uma “pedagogia de quartel” ou “escola de quartel”, e que se choca com a LDB, direções sindicais recorreram ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a suspensão da implantação em São Paulo. Até o momento, a ação não foi julgada.

O fundamental está em compreender que o fracasso da política educacional da burguesia e de seus governos é respondido com medidas autoritárias de controle ideológico e disciplinar. A escola cívico-militar é uma das soluções de uma fração da burguesia para a baixa aprendizagem e o aumento da violência no interior das escolas. As escolas cívico-militares e as “Escolas sem partido” fazem parte das tendências fascizantes que vêm ganhando corpo com a decomposição do capitalismo.

Não outra forma de combater essa investida reacionária a não ser pela luta de classes. As pressões parlamentares e as ações judiciais não derrotam uma política nacional de controle e disciplinamento ideológico da educação, porque são ações que se dão no terreno de seus inimigos de classe. As instituições, seja o parlamento ou judiciário, são parte da ditadura de classe da burguesia. Se em um dado momento podem se colocar contra um determinado projeto governamental, isso não significa que serão capazes de derrotar uma orientação política de Estado. A experiência já demonstrou o suficiente essa constatação, mas as direções sindicais e políticas, que rejeitam a luta direta, estão sempre prontas para recorrer prioritariamente a essas instituições do Estado burguês.

Contradições do PT que favorecem a ultradireita

O governo Lula é burguês. Segue as leis que regem a ditadura de classe da burguesia e está submetido às forças oligárquicas que controlam o Congresso Nacional e a Justiça. Suspendeu o Pecim, mas acatou a legislação que dá o direito de governadores e prefeitos continuarem com o programa militarista para a educação. Como se trata de um programa educacional de interesse de uma fração das Forças Armadas e a governabilidade de Lula depende dos militares, a suspensão do Pecim foi uma atitude para cumprir uma promessa eleitoral, mas sem consequência efetiva.

Citemos dois exemplos de estados que eram e são governados pelo PT. A Bahia em 2018, possuía 15 escolas cívico-militares e, agora, 17. Ceará contava com 4, e hoje tem 6. Na Bahia, a implantação ocorreu no governo do petista Rui Costa em 2018, no momento ocupa o cargo de ministro da Casa Civil de Lula. Dados apontam que são 56 mil estudantes que estão sob o programa das escolas cívico-militares. O atual governador petista Jerônimo Rodrigues Souza não acatou a decisão de suspensão determinada por Lula. No Ceará, o governador petista Elmano de Freitas mantém a escolas militarizadas.

O fato de governadores petistas não rejeitarem do programa educacional ultradireitista tem sido importante porque oferecem munição para os governadores e prefeitos continuarem com a investida militarista na educação.

O PT carrega a contradição, suas direções sindicais rejeitam o programa, mas não podem organizar o movimento nacional para derrotar a militarização nas escolas públicas, porque esbarram nas ações de governadores de seus próprios partidos. Então, a rejeição se dá unicamente em estados governados pela ultradireita, a exemplo do Paraná e São Paulo. A Confederação Nacional dos

Trabalhadores da Educação (CNTE), que poderia impulsionar esse movimento nacional, não tem expressão real, é mais um instrumento da burocracia petista. A União Nacional dos Estudantes (UNE) se resumiu a um aparato do PCdoB/PT, portanto, há muito não está voltada aos interesses dos estudantes e da juventude oprimida.

Sem uma direção classista e independente, os programas ultradireitistas e fascizantes para a educação continuarão sendo impostos à maioria dos explorados.

Responder com o programa da classe operária e com seus próprios métodos

A luta contra os programas educacionais fascizantes, como as escolas cívico-militares e escolas sem partido, faz parte do programa de reivindicações dos explorados e da juventude oprimida. São nos momentos de profunda crise econômica, própria da decomposição do capitalismo, que vêm à tona as contrarreformas no sistema de ensino. O programa de escolas cívico-militares constitui uma saída burguesa para decomposição da educação, portanto, um dos elos das contrarreformas que estão sendo implantadas desde os governos Temer e Bolsonaro. Não por acaso, cria disciplinas curriculares, como educação ética/cívica nos moldes da educação moral e cívica imposta nos anos de ditadura militar no Brasil. E institui a repressão (disciplinamento militar) como método para alcançar melhores resultados de aprendizagem.

As escolas cívico-militares e as escolas sem partido estão intrinsecamente conectadas e se somam com às investidas obscurantistas. Embora façam parte dos objetivos de uma fração burguesa fascizante, recebem o apoio das bancadas religiosas e da bala que comandam o Congresso Nacional. O que por si só se torna inócua e distracionista a política das burocracias sindicais de conduzir o movimento para a pressão parlamentar.

O combate à militarização das escolas não significa a defesa da educação vigente, que certamente é anticientífica e acrítica. A rejeição se dá por se tratar de mais uma política de “mordaza” aos professores e estudantes, eliminar a já débil liberdade de cátedra dos docentes, impor a disciplina de casta militar e ser mais um instrumento de doutrinação ideológica fascizante. E no fundo por se tratar de uma contrarreforma obscurantista, totalitária e privatista.

A luta para derrubar esse programas de militarização depende da mobilização de estudantes e trabalhadores da educação. Não pode estar circunscrito à educação básica. Deve envolver a educação superior. A sua rejeição implica a defesa das reivindicações democráticas e, portanto, do conjunto dos explorados e da juventude oprimida. Bandeiras imediatas como o “Fim das escolas cívico-militares”, bem como o “Novo Ensino Médio” e contra o leilão de privatização das escolas públicas em São Paulo, devem ser acompanhadas pela luta por um sistema único, público, gratuito, científico, controlado por quem estuda e trabalha. Essas bandeiras correspondem ao programa da classe operária e dos demais trabalhadores de estatizar o sistema educacional, constituir o sistema único de educação pública e estabelecer o fundamento científico da escola, que se assenta na unidade entre a teoria e a prática, na escola vinculada à produção social. Esse é caminho de derrotar os programas de militarização e privatização das escolas. E trabalhar por derrotar o sistema capitalista em decomposição e erguer uma nova sociedade, a socialista, e com ela uma nova escola.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Boletim Sindical do
Partido Operário Revolucionário
Ano XX - Nº 15 - Setembro de 2024
☎ (11) 95446-2020
nossa.classe@hotmail.com

**POLÍTICA OPERÁRIA**

Nenhuma ilusão nas eleições burguesas!

Chamamos a classe operária e demais explorados a não terem nenhuma confiança nos partidos burgueses e seus candidatos, que já estão nas ruas, fábricas e bairros à caça de votos!

Acreditar apenas em nossos próprios métodos de luta, que são as greves, a ocupação das fábricas, manifestações e bloqueios de avenidas, para defender os empregos, salários e direitos!

A campanha eleitoral já começou e com ela a demagogia dos candidatos que para conseguir votos prometem de tudo.

Dizem que vão melhorar a saúde, a educação, criar empregos etc. Depois das eleições, como sempre acontece, nenhuma promessa será cumprida. O desemprego vai continuar; o salário mínimo será de miséria, impossível de manter as necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias; a população pobre ficará sem conseguir atendimento médico, morrendo na fila do SUS, sem conseguir realizar um exame ou cirurgia. Mais de 35% dos trabalhadores registrados continuarão recebendo um salário mínimo; 45% dos trabalhadores permanecerão na informalidade, sub empregados, fazendo bicos para sobreviver e várias outras mazelas do capitalismo. No campo, os camponeses e povos originários continuarão sendo assassinados pelos latifundiários.

A eleição é uma farsa. É um campo de disputa das frações burguesas e seus partidos. Só quem ganha com as eleições são os capitalistas (patrões), que continuarão explorando a força de trabalho, demitindo e pagando baixos salários. Os candidatos corruptos e ladrões que forem eleitos, por sua vez, irão receber altos salários e benefícios, pagos com o dinheiro dos impostos confiscados da classe operária e demais explorados.

O POR luta pela defesa da vida dos explorados com o programa da revolução socialista. As reivindicações vitais como emprego, salário, saúde, educação, terra, moradia e direitos, não serão conquistadas votando neste ou naquele candidato.

Frente às demissões e fechamento de fábricas: aprovar a greve com ocupação das fábricas; impor o controle operário da produção; lutar pela estatização, sem indenização de todas as empresas privadas e setores da indústria, sob o controle operário coletivo; ocupar as terras; expropriar, sem indenização, os latifundiários; combater pela entrega das terras aos camponeses pobres; que os sindicatos e centrais rompam com o governo

burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral!

Chamamos a classe operária e demais explorados a não terem nenhuma confiança nos partidos e candidatos da burguesia.

**No dia 06 de outubro, VOTE NULO, digite 00!
Expropriar a burguesia do poder por meio da revolução proletária!**

Lutar por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado!

Construir o Partido Operário Revolucionário!

No dia 6 de outubro

VOTE NULO, digite 00!

Em defesa da independência de classe e pela construção do Partido Operário Revolucionário!

Partidos receberam R\$4,9 bilhões para fazer campanha

Os partidos que vão disputar as eleições municipais de outubro vão receber R\$ 4,961 bilhões de fundo eleitoral. Os partidos ligados ao governo (PT/PCdoB, PSOL, PV) e os da oposição burguesa, ultradireitistas, liderados por Bolsonaro (PL, PP etc.), aprovaram o valor do salário mínimo de R\$ 1.412,00, que condena os trabalhadores à miséria e à fome, alegando que não havia dinheiro para pagar um valor maior. Mas, para dobrar o valor do fundo eleitoral, todos estiveram de acordo.

O fundo eleitoral é uma forma que a burguesia usa para sustentar os partidos e seus candidatos, que sendo eleitos se comprometem a administrar o Estado Burguês, a defender os interesses econômicos das frações patronais e a proteger a propriedade privada dos meios de produção, como estabelece a Constituição burguesa. Quanto mais candidatos eleitos o partido tiver, mais dinheiro recebe. O PL de Bolsonaro, recebeu R\$ 886,8 milhões, a maior fatia do fundo. Em segundo, o PT, recebeu R\$ 619,8 milhões.

E os partidos que se dizem socialistas e comunistas da boca para fora? O PCO, PSTU, UP e PCB, partidos que se dizem “socialistas” e “revolucionários” (coisa que não são), ficaram calados, nada falaram contra o fundo eleitoral, e irão receber R\$ 3,421 milhões cada um, do dinheiro saqueado dos trabalhadores.

Não se chega ao socialismo por meio das eleições!

O PCO, PSTU, UP, PCB e outras correntes políticas que se dizem “socialistas” mentem em suas propagandas eleitorais para as massas exploradas ao dizer que por meio das eleições, votando neles, se chegará ao socialismo. Esses partidos na verdade, ao pedirem votos para se elegerem, se puderem chegar ao poder, como o PT chegou, irão administrar o Estado Burguês, que é um instrumento de opressão da burguesia sobre a maioria explorada.

O socialismo será uma sociedade sem explorados, nem exploradores, uma sociedade onde não existirá a exploração do homem pelo homem, não existirão patrões parasitas, explorando a classe operária e demais oprimidos. Somente expropriando a burguesia do poder por

meio de uma revolução proletária e colocando fim à propriedade privada dos meios de produção, destruindo o capitalismo a nível mundial, será possível chegar ao socialismo.

A sociedade capitalista só tem a oferecer desemprego, miséria e fome para a classe operária e demais trabalhadores. A burguesia, dona dos meios de produção (fábricas, terras etc.), não podem garantir empregos e salários para todos os escravos assalariados. Ao contrário. A cada novo investimento, nova tecnologia aplicada, mais operários são demitidos e substituídos por robôs na linha de produção. Uma minoria de burgueses (patrões) fica cada dia mais rica superexplorando a força de trabalho do proletariado (assalariados).

Encontro Operário

29/9 • 15h • Santo André

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Entre em contato: (11) 95446-2020.

Formação política do Nossa Classe

Os limites dos sindicatos e a criação dos partidos operários

O desenvolvimento dos sindicatos levou-os a revelar suas características e limites. Uma organização ampla voltada a defender a força de trabalho contra a exploração capitalista. Assim, não podem ir além das reivindicações econômicas, embora a cada choque com os patrões se revelem as contradições estruturais da sociedade de classes. Por maior que seja o número de operários representados, o sindicato está limitado a um setor da classe operária, não pode representar e organizar o conjunto da classe para enfrentar a burguesia (patrões) e seus governos.

A criação dos partidos operários foi a resposta a tais limites. Mas entre eles, apenas o partido marxista de fato resolve a necessidade de uma organização que leve o proletariado e os demais setores de explorados a se emanciparem da exploração. Trata-se de alcançar o objetivo histórico de transformar o modo de produção capitalista em socialista, transição ao comunismo. A abolição da exploração e com ela de todos os males sociais, virá de um longo processo revolucionário mundial.

O partido marxista objetiva a revolução socialista e não a reforma do capitalismo. Os partidos operários que buscam apenas as reformas, que não organizam a classe operária para destruir o capitalismo, são reformistas. Acabam por cumprir o papel de defesa da ordem burguesa. São contrarrevolucionários. A política de conciliação, de acordos sem lutas de demissão, terceirização, redução de salários e direitos, feitos pela direção do sindicato metalúrgicos do ABC/CUT/PT, do sindicato metalúrgico de São José dos Campos/Conlutas/PSTU, demonstram que esses partidos cumprem o papel de defensores do sistema de exploração capitalista, portanto, contrarrevolucionários.

O Partido Operário Revolucionário, por sua vez, utiliza o boletim Nossa Classe para organizar a luta independente da classe operária; construir as comissões de fábrica classistas e revolucionárias; expulsar a burocracia traidora e colocar o sindicato a serviço da luta pela destruição do capitalismo, da expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição do governo operário e camponês!

Campanha salarial e fechamento da Avibras

Neste momento, os metalúrgicos de São José dos Campos iniciaram a campanha salarial e os demitidos da Avibras continuam sem receber os salários há 16 meses. Sem unificar os operários divididos em grupos de negociação e sem preparar desde já a greve unificada dos metalúrgicos, não será possível conquistar um aumento dos salários, defender o salário mínimo vital, suficiente para manter os operários e suas famílias e assegurar todos os direitos trabalhistas. Quanto à Avibras, Lula acabará entregando a empresa a um grupo econômico, seja estrangeiro ou nacional. A luta é pela estatização sem indenização

e pelo controle operário da produção. Para isso, está colocada a ocupação da fábrica, exigindo que o governo federal pague imediatamente os salários. Essa é a luta do momento, que todo trabalhador deve apoiar.

O Boletim Nossa Classe combate a política de conciliação das direções sindicais, e todo desvio eleitoral que compromete a luta dos explorados contra os males sociais que o capitalismo causa às famílias operárias. Lutemos para que as direções sindicais não transformem os sindicatos em instrumento eleitoral dos partidos que concorrem às eleições municipais burguesas.

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Bridgestone/ Santo André/SP

Com a aproximação das eleições municipais, no dia 31/08/2024, militantes do POR estiveram na Bridgestone para a entrega do Boletim Nossa Classe e também para reforçar aos operários que devemos confiar somente em nossas próprias forças, nos métodos históricos de luta da classe operária, ou seja, greves, piquetes e ocupação de fábricas para defender os empregos, salários e direitos. Chamamos os operários a não confiarem nos candidatos que estão mais uma vez pedindo votos, que fingem que estão fazendo algo pelos trabalhadores, quando na realidade estão apenas correndo atrás de seus próprios interesses, realizando as mesmas manobras e acordos próprios da democracia burguesa.

Durante a distribuição, chamou a atenção a conduta dos operários terceirizados, quando foi oferecido o Boletim Nossa Classe. Mencionaram de forma desanimada que eram terceirizados, dando a entender que o material não seria direcionado a eles. O militante porista destacou que o Boletim Nossa Classe é direcionado e trabalha para organizar todos os trabalhadores, sem distinção do modelo de contrato. Para o POR, os trabalhadores terceirizados, contratados ou efetivos pertencem a uma mesma classe: a classe operária. Além disso, o Boletim Nossa Classe tem como uma de suas principais reivindicações a efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados

e contratados. Por fim, ainda enfatizou que os dirigentes dos sindicatos são os maiores responsáveis pela traição a classe operária, quando estes negociaram e continuam negociando com os patrões acordos de flexibilização do trabalho, permitindo assim demissões de trabalhadores efetivos e posterior contratação desses trabalhadores como terceirizados, ou seja, os operários cumprem a mesma função de antes, porém, como terceirizado, recebendo cerca de 1/3 do salário dos efetivos.

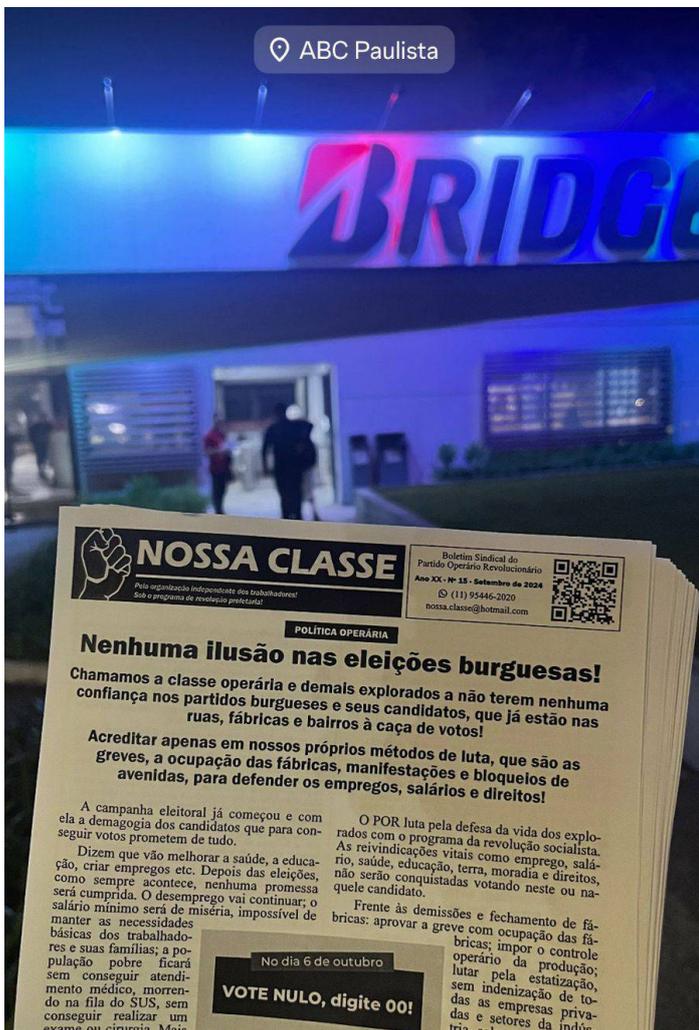
Outra situação que chamou a atenção foi quando outro trabalhador terceirizado pegou um Boletim Nossa Classe e comentou que trabalha na Bridgestone como terceirizado pela empresa Loghis, porém parece que a Bridgestone está cancelando o contrato com a Loghis e a substituindo pela empresa TPC Logística, impactando diretamente o emprego de cerca de 280 trabalhadores. O militante Porista disse que se confirmada esta mudança, é bem provável que a nova empresa, TCP Logística, tenha vencido a concorrência junto a Bridgestone diminuindo número de trabalhadores, portanto aumentando a carga de trabalho para aqueles que forem contratados por esta empresa e também reduzindo salários, portanto, gerando assim maior “economia” para a Bridgestone. Conclui dizendo que esse tipo de situação é cada vez mais comum em todas as empresas, porque a burocracia sindical passou a defender seus próprios interesses. O Nossa Classe levanta a bandeira: emprego não se negocia, se defende com a greve, piquetes e ocupação de fábrica!

No geral, a recepção dos operários foi positiva. Muitos não só aceitaram o Boletim como leram. Além disso, dois operários pararam para ouvir as palavras do militante do POR que explicou a importância do voto nulo e a importância das denúncias fabris.

Os operários, acostumados com os boletins da direção sindical oportunista ou com panfletos de partidos eleitoreiros, pareceram atraídos pela campanha a favor do voto nulo. Isso mostra a justeza da linha do POR em denunciar a democracia burguesa, chamar os operários a não terem ilusões nas eleições e nos partidos burgueses e a defenderem o programa próprio de reivindicações da classe operária e demais explorados por meio da ação direta.

Os militantes do POR continuarão em seu trabalho revolucionário de panfletar nas fábricas, vender o jornal massas e materiais do partido para ganhar a classe operária e a vanguarda do proletariado, para realizar a tarefa histórica de expropriar a burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado. Construir o socialismo a nível mundial, como transição ao comunismo.

O Boletim Nossa Classe reforça que não podemos continuar confiando nos dirigentes sindicais traidores. Está mais do que na hora de nos organizarmos como classe e recuperarmos os sindicatos, formando uma oposição classista e revolucionária em todas as fábricas. E para que o trabalho de construção destas oposições seja realizado e com o menor risco de perseguições, convidamos os operários dispostos a lutar, a participarem do próximo Encontro Operário do Nossa Classe, que será realizado no dia 29/09, em Santo André, para juntos construirmos os caminhos para esta luta!



São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Clever

Ao receber o Boletim Nossa Classe, uma operária costureira da Clever confirmou que é hora de começar a lutar por aumento de salário. Disse que, por conta da demissão no emprego anterior e não ficar desempregada, aceitou o salário baixo de R\$ 2.000,00 para trabalhar como costureira. Fez mais duas denúncias: que a fábrica não paga o Vale-Refeição e ainda desconta a cesta básica dos trabalhadores que se atrasam. Por último, repetiu em voz alta a agitação dos militantes que criticavam o salário de fome e que com esse piso não era possível sustentar uma família.

O distribuidor do Boletim Nossa Classe respondeu: você tem toda razão. Afinal você recebe menos que um salário mínimo e meio. E com alto custo de vista, o salário não alcança passar o mês.

Perguntou a ela: você imagina quanto deve ser o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas? Enquanto pensava, o militante disse que o valor do salário mínimo deveria ser de R\$ 6.802,88 por 40 h semanais, conforme cálculos feitos pelo Dieese. Ela respondeu: então, eu só recebo 30% do valor necessário para viver e o patrão fica com o resto? Sim! Está aí por que temos de lutar em defesa de um salário mínimo vital, necessário para manter a nossa família, respondeu o militante.

Por fim, concluiu mostrando o objetivo do Boletim Nossa Classe, que é o de organizar os operários para que a luta seja uma ação coletiva. O que implica exigir que o sindicato seja colocado a serviço do combate à exploração patronal.

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na GM de São José dos Campos

Frente a farsa das eleições burguesas municipais, que são o campo de disputa da burguesia, os militantes do POR realizaram no dia 2 de setembro a colagem de cartazes e a entrega do Boletim Nossa Classe na General Motors (GM) de São José dos Campos, chamando os operários a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas, a não confiarem nos partidos e candidatos da burguesia, que agora estão nas fábricas, bairros e escolas fazendo todo tipo de promessas e mentindo para tentar conseguir votos.

Logo que iniciamos a entrega do Boletim, o presidente do Sindicato Metalúrgico, ligado a Conlutas/PSTU, Weller Gonçalves, que pediu licença do cargo sindical para sair candidato a vereador, chegou em um carro, dirigido por seu motorista, com adesivos de sua campanha e ficou na portaria olhando enquanto fazíamos a entrega. Weller, como muitos dirigentes sindicais, utiliza o sindicato como trampolim político. Se elegem diretores sindicais ou membro da comissão de fábrica já pensando em seus próprios interesses econômicos, em fazer carreira na política burguesa, como fez o Lula, ex-presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC e atual presidente e representante da burguesia no poder do Estado pela terceira vez e que, além de outros ataques aos trabalhadores, mantém as contrarreformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização que retiram direitos conquistados com muita luta no passado. Como fez também o Luiz Marinho, atual Ministro do Trabalho, que quando estava na direção do Sindicato Metalúrgico do ABC abandonou totalmente a defesa dos empregos, salários e direitos por meio da greve e passou a negociar os acordos de demissão em massa, banco de horas, terceirização, redução da

jornada com redução de salários e direitos etc. As direções da CUT/PT, Força Sindical/Solidariedade, Conlutas/PSTU e das demais centrais deformaram totalmente o papel original dos sindicatos, que é o de organizar a luta independente da classe operária, em relação aos patrões, os partidos burgueses e o Estado, e passaram a utilizar os sindicatos como seus próprios aparatos, para fortalecer seus partidos e candidatos nas eleições burguesas.

No Boletim Nossa Classe distribuído na GM e demais fábricas, o POR chama a classe operária e demais explorados a confiarem em nossos métodos próprios de luta que são as greves, manifestações, ocupação de fábricas e bloqueios, para defender os empregos, salários, saúde e educação pública, terra, moradia e direitos.

Alerta a classe operária e demais explorados de que, diferentemente do que afirmam partidos como o PCO, PSTU, UP, PCB e outras correntes políticas, não se chega ao socialismo por meio das eleições, votando neste ou naquele candidato que se diz “socialista”. Deixa claro que somente destruindo o capitalismo a nível mundial, expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução social, com a insurreição armada das massas, será possível chegar ao socialismo. Frente a impossibilidade de impor por meio da ação direta das massas as candidaturas e o programa revolucionário, o POR chama a votar nulo em defesa da independência política de classe e da construção do Partido Operário Revolucionário. A lutar sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, pela constituição do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

São Paulo

Realizado o Encontro Operário no ABC Paulista

No dia 25 de agosto, foi realizado o Encontro Operário no ABC, que tem como objetivo organizar os operários da região para construir as comissões de fábrica classistas e revolucionárias. Um dos pontos debatido na primeira parte do Encontro foi a intervenção do POR no movimento operário frente as eleições burguesas. Considerando que a burocracia sindical - carreirista e eleitoreira ligadas a CUT, Força Sindical, Conlutas e demais centrais - está tentando mais uma vez arrastar a classe operária para a saída burguesa das eleições, discutimos e elaboramos o Boletim chamando a classe operária a não ter nenhuma ilusão nas eleições burguesas. A confiar em nossos métodos próprios de luta, que são as greves, manifestações e bloqueios, ocupações

de fábrica, como única forma de defender os empregos, salários e direitos. Consideramos importante mostrar a política de partidos como o PCO, PSTU, UP, PCB e outros que revisaram o marxismo-leninismo-trotskyismo e que mentem para as massas afirmando que por meio das eleições, votando em seus candidatos, se chegará ao socialismo. O POR reafirma que somente expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução social, destruindo o capitalismo a nível mundial, será possível construir o socialismo. Discutiu-se o conteúdo programático do votar nulo, em defesa da independência política do proletariado e pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Na segunda parte do Encontro, houve a formação política. O texto utilizado tinha como tema “comissão de fábrica, sindicato e partido operário”. O texto inicia afirmando que não há nada de estranho no fato da direção sindical influenciar na formação das comissões de fábrica. O problema está na política das direções burocratizadas, adaptadas ao capitalismo e comprometidas com os interesses patronais. Que o desenvolvimento do sindicato baseado na luta de classe certamente impulsionará as lutas internas nas fábricas e incentivará a formação de uma vanguarda consciente que possa pôr em pé as comissões classistas e revolucionárias. Por outro lado, a organização de base permite à classe operária controlar seus sindicatos, portanto, não expressar passivamente a política ditada pela direção sindical, mas agir sobre ela para que seja genuinamente proletária e para corrigir seus desvios. O texto destaca a importância decisiva do partido revolucionário do proletariado. Este se organiza na forma de células fabris. Quanto mais desenvolvido for o partido no interior das fábricas maior será o desenvolvimento político dos trabalhadores, refletindo sobre a organização das comissões de fábrica. A presença do partido e seu desenvolvimento não é secundário para se alcançar a democracia operária e a independência de suas organizações, uma vez que ambas dependem da política proletária. Somente o partido revolucionário se organiza por meio do programa estratégico da revolução social. Por mais classista e combativa que seja a vanguarda que desperta na luta de classe, se não assimila o programa das transformações anticapitalistas e se não se organiza no partido, não tem como ir até às últimas consequências na política proletária. Via de regra acaba se adaptando às pressões do patronato e da burocracia sindical.

A ilusão reformista de que é possível por meio de negociações pacíficas assegurar as condições de vida dos operários também é combatida no texto. A burocracia sindical se utiliza vastamente dessas ilusões, apoiando-se nos meios de coação da classe capitalista a exemplo das ameaças de demissão, plano econômico financeiros de racionalização, corporativismo etc.

O texto conclui afirmando que o domínio e a aplicação das leis da história se adquire trabalhando pela construção do partido revolucionário no interior do proletariado. A classe operária dá enormes passos à frente quando tem organizada em seu interior as células fabris e conta, portanto, com uma direção programática. A fração revolucionária, que é o partido, atua nos sindicatos para dotá-los de uma direção contrária ao reformismo e ao corporativismo. É claro que uma direção dessa natureza no sindicato potencializará a organização de base e impulsionará a independência de classe dos trabalhadores. Está comprovado que, na época de decomposição do capitalismo, que é a época do capitalismo monopolista (imperialista), os sindicatos reformistas acabam por agir em favor da burguesia. Os sindicatos para cumprirem sua função classista têm de ser auxiliares da revolução proletária. O que quer dizer que tem de defender a fundo as reivindicações mais elementares das massas para levá-las a tomar o poder do Estado, colocar fim a propriedade privada e estabelecer a propriedade social, coletiva dos meios de produção. Portanto, cumprir o programa estratégico da revolução e ditadura proletárias, que só o partido revolucionário tem.

São Paulo - Reunião do Conselho do Sinpeem

Prevalece o eleitoralismo e nenhuma proposta de luta contra o fechamento de salas e a expansão do SP Integral é aprovada

A reunião do Conselho do Sinpeem, ocorrida em 4/9, foi marcada pelo eleitoralismo. Não foi aprovada nenhuma proposta de luta contra a política privatista e de precarização dos serviços públicos de Nunes/MDB. Isso porque a grande maioria da Diretoria, tanto da Chapa 1 (situacionista, dirigida pelo Cláudio Fonseca) como setores da Chapa 2 (oposição), defendeu que a tarefa principal hoje é eleger a chapa Boulos/Marta.

A corrente Resistência/PSOL usou o argumento de que com Boulos a categoria poderá recorrer às greves; com Nunes ou Marçal, essa possibilidade estará liquidada. Alguns representantes da Compromisso e Luta (corrente do Fonseca) repetiram a mesma cantilena. Trata-se do argumento do “voto útil contra o fascismo”. Nenhuma novidade, portanto. Esse mesmo pseudo argumento foi utilizado durante as campanhas eleitorais contra o Bolsonaro.

Na verdade, o que a experiência tem demonstrado é que as tendências instintivas de luta despontam, diante do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo. O principal obstáculo às greves e demais formas de combate dos oprimidos tem sido a ação conciliadora das direções políticas e sindicais. Foi sob os governos petistas que a contenção às greves se mostrou mais aguda, o que tem se repetido neste terceiro mandato de Lula. A explicação está no governo das direções – basta ver os exemplos das greves dos servidores federais e dos Correios, entre outros, movimentos que sofreram com a limitação imposta pela linha política de preservação da governabilidade petista. Sob o governo Bolsonaro, as mobilizações foram canalizadas para a tática do desgaste eleitoral, representando um desvio em relação à necessidade de levantar os oprimidos em seu próprio campo, de independência de classe, para lutar por suas reivindicações. O mesmo tem se passado no caso dos governos direitistas e

ultradireitistas em âmbito municipal e estadual, como o de Tarcísio e o de Nunes.

O PCdoB (Fonseca) argumentou que os servidores municipais não poderiam ficar indiferentes em relação ao pleito eleitoral, pois se trata de escolher quem será o seu “patrão”. Seguindo esse raciocínio, disse que Boulos será um patrão “menos pior”, por ser democrático, podendo fazer um governo semelhante ao do PT na década de 2000, já que tem a aliança com a Marta na chapa. Quanta degeneração! É inadmissível que uma direção sindical se coloque em posição tão rebaixada, chegando ao ponto de defender junto aos trabalhadores que escolham o seu carrasco “mais bondoso”!

A partir das falas de alguns membros da Compromisso e Luta, porém, foi possível perceber que a defesa do voto em Boulos, com Marta como vice, apresenta resistências internas. Ficou claro o descontentamento com essa aliança, pelo oportunismo descarado de Marta ao ter votado a favor da abertura do pedido de impeachment de Dilma, ter se ligado aos golpistas do MDB e, inclusive, ter participado do governo Nunes, para depois retornar ao PT como se nada tivesse acontecido. O voto no PSOL também aparenta ser fonte de ressalvas dentro da corrente capitaneada pelo Cláudio Fonseca.

Ficou na memória da vanguarda que milita no Sinpeem há mais tempo que foi durante o governo Marta que houve o aumento das terceirizações; que foi naquele governo que houve um choque com os educadores diante da proposta de reduzir as verbas para a educação em 5%, entre outras medidas de ataque aos trabalhadores e ao serviço público – vale lembrar também o autoritarismo de Marta ao cercar os mandatos do próprio Cláudio Fonseca, bem como do Carlos Giannazi, por divergirem da proposta de corte de verbas.

O essencial, todavia, é que, apesar das ressalvas, a maioria do Conselho mostrou que está sendo arrastada pelo eleitoralismo das correntes – e não somente da corrente situacionista. As várias alas do PSOL, que compõem a Chapa 2, da Unidade da Oposição, também compareceram com os santinhos de seus candidatos. O PSTU procurou se diferenciar mais à esquerda, mas acabou repetindo o equívoco de reforçar o tom eleitoreiro dado pelas correntes majoritárias, inclusive com a presença de seu candidato a prefeito, Altino, distribuindo seus materiais de propaganda.

A Corrente Proletária na Educação/POR colocou a necessidade da luta massiva, unitária e combativa para enfrentar os problemas da categoria, que são muitos – a exemplo da plataformização, da falta de pagamento dos salários das terceirizadas em várias regiões etc. Merece destaque, nesse sentido, o combate às Instruções Normativas 25, 26 e 27 de SME, particularmente a 25, referente ao Programa SP Integral (PSPI), que desconsidera a resolução dos Conselhos Escolares e impõe a adesão e expansão desse Programa. Além disso, nas escolas que têm o turno da EJA, está havendo fechamento de salas (tanto do Fundamental, quanto da EJA), para criar espaços para o aumento da carga horária dos alunos. A grande maioria das escolas municipais não tem espaço físico para acomodar os alunos com o horário estendido. As escolas que funcionam com três períodos, para atender a EJA, têm um intervalo muito pequeno de um turno para o outro. Por isso, com vista na ampliação do Integral, as previsões de sala/2025 já vieram com cortes, para que fiquem prontas para a expansão do PSPI.

O POR defendeu a assembleia para reorganizar a luta coletiva nas ruas no dia 13/9, em unidade com a rede estadual, que está passando pelo mesmo problema. A única proposta de fato encaminhada pela direção sindical, no entanto, foi de todos participarem do Grito dos Excluídos na Praça da Sé, dia 7 de setembro, proposta consensual. A mesa não colocou em votação as outras propostas para não fraturar mais ainda a caça aos

votos - tanto que o presidente finalizou a reunião do Conselho chamando as correntes políticas para participarem da “plenária” da campanha de Boulos – na prática, um comitê eleitoral - dia 12/9.



São Paulo – ABC

Fortalecer o sindicalismo classista contra a Reforma Administrativa

O Boletim com este título, divulgado entre os funcionários TAEs na UFABC, denuncia que “em continuidade às contrarreformas de Temer e Bolsonaro (...), o governo Lula/Alckmin avança na aplicação da Reforma Administrativa”, que retira direito dos trabalhadores. Expõe que “a burguesia criou os Planos de Classificação de Cargos, Salários e Carreiras para estruturar a burocracia do Estado”, mas que diante da crise econômica, os governos “após terceirizarem atividades consideradas ‘meio’ (...) passam a atacar o novo baixo funcionalismo. O alvo da vez são atividades exercidas por profissionais de áreas consideradas ‘menos complexas’ como cultura, educação, saúde, previdência e assistência social. Preserva-se, porém, as regalias da alta burocracia do Estado, como magistrados e políticos, consideradas ‘complexas’”.

O Boletim também mostra o papel nefasto das direções conciliadoras, que na “Campanha Salarial dos Servidores do Poder Executivo Federal de 2024 (...) incentivaram o divisionismo, pois estão comprometidas com a sustentação do regime democrático-burguês e com o atual aparato/estrutura sindical. (...) Por meio de negociatas de cúpulas, as burocracias avançam com as diretrizes capitalistas. Os GTs, comissões e câmaras à revelia das bases têm servido para adaptar as reivindicações. No caso dos TAEs, transformaram a aglutinação de níveis (A/B e C/D) em correlações, a racionalização em cargos amplos (por sinal somente para os níveis D e E) e o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) em equivalência à retribuição por titulação acadêmica, excluindo aposentados e doutores”

Finaliza dizendo que “É preciso fortalecer o sindicalismo classista e combativo contra a Reforma Administrativa e demais

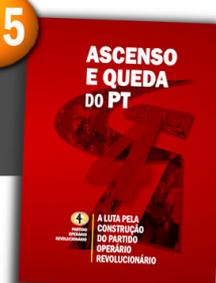
iniciativas de rebaixamento da força de trabalho. A derrota dos planos de flexibilização capitalista depende da ação das massas trabalhadoras em torno de uma pauta de reivindicações comuns e dos métodos próprios dos explorados”. E levanta as bandeiras: Pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações unificadas nos estados! Abaixo a Reforma Administrativa! Pelo fim dos privilégios da alta burocracia! Que nenhum trabalhador, inclusive do funcionalismo público, receba menos que um salário-mínimo vital! Pela incorporação dos benefícios nos vencimentos! Trabalho igual, salário igual. Pela efetivação imediata, sem concurso público, dos trabalhadores terceirizados! Salário não é renda! Pelo fim da cobrança de imposto de renda sobre os salários! Por uma Campanha Nacional pelas 30 horas para todos! Pela revogação das contrarreformas! Não ao pagamento da dívida pública! Pela constituição de um sistema único de aposentadoria, sob controle dos trabalhadores!

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Santa Catarina

Burocracia sindical agride militantes em frente ao frigorífico Aurora em Chapecó

No dia 4 de setembro, militantes da Unidade Popular que estavam distribuindo panfletos em defesa da diminuição da jornada de trabalho e convocando para o grito dos excluídos foram brutalmente agredidos pela burocracia do Sitracarnes de Chapecó, sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Carnes e Derivados, vinculados à CUT. Durante a agressão, os burocratas chegaram a ameaçar os militantes com uma arma, bateram e pisotearam um deles no chão, como gangsters em que se tornaram. É também dessa forma que estes sindicalistas da CUT mostram o grau de apodrecimento e até onde são capazes de ir em defesa dos patrões.

O panfleto - assinado pela UP, PSOL e PCBR - que era distribuído convocava os operários do frigorífico a participar do Grito dos Excluídos, no sábado 7 em defesa da jornada de 30 horas e pelo fim da escala de 6 x 1. Na cidade, são muitas as fábricas,

comércios, shoppings e supermercados em que os trabalhadores cumprem essa escala e ainda tem outros que trabalham de segunda a segunda.

O repúdio à brutal exploração dos operários e demais trabalhadores e à brutalidade gansteril da burocracia sindical deve se transformar na organização da classe para arrancar a burocracia colaboracionista das diretorias e pela democracia operária nos sindicatos. Pela constituição de coordenações do movimento contra a escala 6 x 1 a partir de comitês de fábricas e empresas e pela massificação desse movimento.

O Partido Operário Revolucionário repudia a covarde agressão da burocracia aos militantes e se solidariza com os trabalhadores de Chapecó em defesa de suas reivindicações.

São Paulo

ENEM de 2023 mostrou o aumento da desigualdade entre escolas públicas e privadas e o fracasso do Novo Ensino Médio

Combater as contrarreformas educacionais, essa é nossa resposta

A análise do governo federal sobre o resultado do Enem de 2023 mostrou que cresceu a desigualdade entre escolas públicas e privadas em relação a 2019. A explicação dada pelo SAS educação - uma plataforma digital ligada às escolas particulares e o ENEM - foi de que o Novo Ensino Médio, aprovado em 2017, pelo governo Temer, previa que todas as escolas do país adotassem o novo modelo de ensino a partir de 2022. Como, Doria antecipou a implantação da nova BNCC em 2021, acabou por promover uma discrepância de rendimento dos alunos em relação ao resto do país e às escolas particulares. Isto porque os alunos paulistas que começaram a estudar o ensino médio em 2021, tiveram cortes de disciplinas com a nova BNCC e foram avaliados no ENEM de 2023. Diferentemente do que ocorreu em outros estados que implantaram a nova BNCC em 2022.

Chama a atenção o resultado discrepante no mesmo estado de SP, onde os alunos das escolas públicas tiveram um rendimento muito abaixo que os da rede privada. Os analistas do governo e do SAS concluíram que os estudantes da rede pública paulista tiveram 25% menos aulas de matemática e 34% menos aulas de Ciências da natureza. Enquanto que os da rede privada paulista tiveram aulas a mais a título de aprofundamento do Itinerário Formativo. Segundo a Seduc, muitas escolas públicas não tinham professores para as novas modalidades do Itinerário formativo. Por isso o baixo rendimento dos alunos.

A Seduc justifica a "falta de professores" como se fosse um processo natural. E de fato para os gestores da educação que são ligados a venda de plataformas de IA, a escola pública não precisa de professores. Não à toa, Doria em 2021 apressou a implantação da nova BNCC em SP, pois lhe possibilitaria avançar o ensino a distância, tanto no Ensino Médio Regular como no Ensino Técnico. O resultado catastrófico apresentado sobre o rendimento dos alunos das escolas públicas é apenas um detalhe para estes mercadores de ensino. Logo mais poderemos comparar com o resultado do

ENEM de 2024, onde todos os alunos do país já terão passado pelo mesmo currículo da BNCC de Temer.

Particularmente em SP, o retrocesso na aprendizagem dos alunos da escola pública é gritante. A explicação não está apenas no corte de disciplinas e na falta de professores. Faz parte deste processo destruidor do ensino, o fechamento de salas e de turnos para implantar as PEIs de 2 turnos. Milhares de alunos foram remanejados, os alunos trabalhadores e professores foram expulsos das escolas com o fechamento do período noturno. Sem dizer das condições precárias dos professores.

Com a entrada de Tarcísio e seu secretário Feder, a educação pública desintegra com o fechamento de mais salas a cada bimestre, inclusive no ensino fundamental. O ultradireitista Tarcísio quer impor as escolas cívico-militares em um único turno. Tem remanejado os alunos por todos os lados como se fossem animais. É contra essa política que se desencadeou o movimento da juventude pelo fim da reforma do ensino médio e contra o fechamento de salas e turnos.

A Corrente Proletária tem feito uma campanha contra o Novo Ensino Médio, as escolas cívico-militares, as platformizações, o ensino a distância e a privatização de escolas. Nesse momento concentra seus esforços na luta contra o fechamento de salas e cursos, a imposição das escolas cívico-militares e o leilão de privatização de 33 escolas em São Paulo. Nas discussões, no interior das escolas, tem defendido a redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos, e explicado o conteúdo do programa de militarização das escolas. Ao mesmo tempo, enfatizado a bandeira democrática de um único sistema de ensino, público, laico, controlado por quem estuda e trabalha. E mostrado a importância da luta pelo acesso de todos os estudantes a todos os níveis de educação, portanto pelo fim dos vestibulares, Enem e toda espécie de instrumentos que servem para expulsar o estudante pobre do acesso à universidade.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Educação municipal de SP

CRECE de São Mateus debate a falsa inclusão dos PCDs na região

E cobra resposta da SME aos problemas apresentados durante a greve

As duas últimas reuniões mensais do CRECE foram marcadas pelo debate sobre a Educação Especial na região. Basicamente sobre o atendimento precário ofertado pela SME e a falsa inclusão dos alunos PCDs nas escolas municipais. A direção executiva do CRECE regional trouxe uma professora PAEE para “orientar” o conjunto dos professores quanto ao atendimento dentro da sala de aula. A especialista procurou responder as perguntas, que em sua maioria foram restritas a como proceder quando um PCD surta e agride a todos na sala de aula? É claro que a resposta técnica dada pela professora capacitada em autismo não pode ser generalizada aos demais tipos de deficiências e transtornos.

O fato é que a maioria dos professores está sendo a obrigada a lidar com os PCDs, sem contar com os chamados especialistas e tendo de dar conta de uma sala de aula superlotada. É certo que depois da pandemia o número de casos de alunos com algum tipo de necessidades especiais aumentou. Se antes da pandemia o atendimento dado pela SME já era precário, agora as condições precárias se escancararam. Além da falta de professores substitutos, as escolas regulares carecem também de mais estagiários, AVEs, ATEs, PAEEs.

Na reunião, houve denúncias das professoras de CEIs, principalmente das conveniadas, que ainda não tiveram acesso ao PAEE (Projeto de Atendimento à Educação Especial).

A Corrente Proletária interveio mostrando que 80% do ensino infantil está sob a responsabilidade das redes conveniadas. E que o atendimento em geral é ainda mais precário se comparado com o da rede direta. Assinalou que a política dos governantes é de privatização da educação. Denunciou a falsa inclusão dos alunos PCDs. E a situação desesperadora dos professores que vivem diariamente as consequências da precarização das condições de trabalho. Concluiu explicando que a única saída para enfrentar esses graves problemas educacionais é a luta coletiva, que só pode ser pelos métodos próprios dos explorados, ou seja, a greve, as manifestações de rua, as ocupações etc. Faz parte dessa luta, a redução do número de alunos por sala de aula, contratação de professores especialistas para o cuidado dos PCDs, a transformação das creches conveniadas em rede direta, melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações do movimento dos trabalhadores da educação.



Corrente Proletária realiza formação sobre o “Caderno 2” na base do ANDES

A Corrente Proletária na Educação/POR (CPE), junto com a Frente Andes Classista, realizou uma jornada de formação política com professores da base do ANDES-SN sobre o tema “A conciliação com o ensino privado no projeto de universidade do ANDES-SN”, tendo como objeto de discussão o chamado “Caderno 2” desse sindicato, documento aprovado pelo sindicato em que se explicita o “modelo de universidade para o país” por eles defendido, cuja elaboração inicial data do ano de 1986 tendo sido atualizado três vezes.

O “Caderno 2” é utilizado como muleta por todas as diversas diretorias do ANDES, toda vez que se critica a orientação capituladora desse sindicato perante o ensino privado ou se faz a defesa de bandeiras de efetivo enfrentamento do privatismo como as que a CPE defende: um único sistema público, gratuito e autônomo passando necessariamente (para ser consequente) pela expropriação, sem indenização, de todo o sistema privado. A resposta a essas reivindicações consiste sempre na desqualificação de nossas bandeiras como “utópicas” e que esse sindicato já teria as suas próprias respostas contidas no famigerado “Caderno 2”.

Ocorre, entretanto, que esse documento lembrado nessas ocasiões é muito pouco conhecido pela base e pelo conjunto do sindicato, embora a ele se refiram em diversas ocasiões como sendo a “bíblia” do ANDES. Por esse motivo, a CPE/POR que intervém no ANDES-SN realizou um estudo coletivo consubstanciado num documento intitulado “A Conciliação com o ensino privado no projeto de universidade do ANDES-SN. Crítica do Caderno 2: Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”, distribuído com antecedência para os participantes da formação e utilizado como guia para o estudo realizado.

O documento faz a crítica da orientação capituladora do “Caderno 2”, ou seja do ANDES, perante o privatismo e foi favoravelmente recebido pelos participantes da formação, que teve uma participação ativa e engajada dos professores das diversas regiões e universidades do país, evidenciando o amadurecimento de uma crítica à burocracia do ANDES desde uma perspectiva classista.

A formação, organizada em conjunto com a Frente ANDES classista da qual a CPE participa, contou com a adesão de significativo contingente de docentes, que tem se aproximado da Corrente Proletária nos embates levados nos últimos anos, particularmente durante a última greve das universidades federais na qual a direção do sindicato escancarou a sua orientação colaboracionista com o governo, enterrando a greve sem alcançar qualquer reivindicação, se opondo à disposição de luta demonstrada pelos professores das universidades federais.

Na convocação da jornada de estudo explicitamos que “A defesa de um programa proletário para a Universidade brasileira passa pela crítica às proposições reformistas que têm guiado o movimento docente nacional. ... Há uma linha de continuidade na defesa da coexistência entre o ensino público e privado. Ao mesmo tempo em que a rede privada se expandiu com pleno estímulo estatal, houve o progressivo abandono ao enfrentamento à expansão do ensino superior por parte do ANDES-SN”

O balanço dessa atividade é muito positivo e constitui um grande passo na defesa que fazemos de um sistema único de educação, integralmente público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham, por meio da luta pela estatização da rede privada, sem indenização.

“A Conciliação com o ensino privado no projeto de universidade do ANDES-SN. Crítica do Caderno 2: Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”

O documento elaborado pela CPE, e que serviu como referência para o estudo com professores da base do ANDES, avança na caracterização da orientação reformista contida no “Caderno 2” e reflete a política das diversas diretorias do ANDES-SN. Nele se expressa a involução do sindicato em relação ao enfrentamento do ensino privado e se materializa o programa reformista para a educação superior.

O Caderno 2 começou a ser elaborado na época do declínio da ditadura e foi atualizado ao longo das décadas seguintes, de modo a “orientar a construção e desenvolvimento de um modelo de universidade para o país”.

Já na década de 1980, era evidente que dentre os problemas objetivos que deveriam ser enfrentados para realização das bandeiras democráticas de transformação do ensino superior se situava, em primeiro lugar, a questão do crescimento do ensino privado. Os dados sobre o ensino superior no Brasil, já naquela época, eram eloquentes, revelando que, se em 1964 as matrículas no ensino superior público representavam 75% do total, em 1984 elas só correspondiam a 25% e que, entre 1968 e 1973, a oferta de vagas cresceu muito assimetricamente: na rede pública, 210%; na rede particular, 410%.

Posteriormente, as tendências de expansão privada no ensino superior se mantiveram e se complexificaram. Além disso, nas universidades públicas, se verificavam as pressões de toda ordem para os processos de privatização interna, mediada pelas Fundações ditas de Apoio.

Em 2010, ao final do segundo governo Lula, se manteve a tendência de crescimento da rede privada, que chegava a absorver 74,2% das matrículas, em contraste com os 25,8% ofertados pelo setor público

A resposta do Caderno 2 aos problemas cruciais da mercantilização e privatização da Educação estão condicionadas pelo seu caráter pequeno-burguês e seu horizonte reformista. Suscintamente a resposta pode ser resumida nas seguintes bandeiras: Lutar pela manutenção e ampliação do ensino público e gratuito. Exigir que o Estado, por meio desse ensino, contemple o atendimento pleno das demandas por educação. Travar um embate para a criação de um sistema nacional e estatal de educação que cumpra essa exigência. Arrancar das grandes fortunas, e da propriedade privada concentrada, os recursos materiais que tornarão a tarefa possível.

Esta plataforma de reivindicações democráticas para a Educação, plataforma que a burguesia e seu Estado renegam terminantemente, tornando impossível a sua realização no âmbito do capitalismo atrasado e semicolonial do Brasil, há muito passou para as mãos da classe operária. A sua solução integral encontra-se condicionada pela capacidade das massas exploradas e oprimidas conduzirem, com independência de classe e por métodos próprios, a

luta por suas reivindicações democráticas. Na fase imperialista do capitalismo, e na formação social brasileira, essas reivindicações democráticas burguesas estão em choque com o modo de produção capitalista, o que faz com que a luta por elas se dê combinada ao programa de transformação socialista.

Mas não são esses os encaminhamentos e consequências políticas e econômico-sociais que o ANDES extrai das suas próprias premissas e objetivos na luta pela Educação. Muito pelo contrário!

O ANDES (no Caderno 2) responde admitindo a legitimidade do setor privado para a oferta da educação; reivindicando que o Estado assumira o dever de controlar, com rigor, a qualidade desse ensino particular, projetando um “padrão unitário de qualidade” que sirva de referência para que esse mesmo Estado exerça tal controle, forçando, por fim, a elevação da educação privada ao nível de excelência, autonomia, condições de trabalho, definição de carreira, liberdade sindical etc., que se almeja para o setor público e para o conjunto do ensino superior.

No entendimento deles “A Educação só será oferecida pelo setor privado, em qualquer nível e modalidade, como concessão do Poder Público. É, portanto, dever do Estado exercer controle rigoroso sobre a qualidade da educação oferecida pelo setor privado, que deve adequar-se às normas conceituais aqui apresentadas”. Ou seja, ao invés de se opor à existência do ensino privado se “estabelece” as condições em que pode existir, mas, imaginam que o Estado burguês iria exigir um “padrão de qualidade” que tornaria inviável a continuidade dele, pois isso tornaria pouco lucrativo o investimento e eles mesmos se retirariam do negócio. O utopismo dessa perspectiva é flagrante, mas isso é evidente que serve apenas para tentar acobertar a sua capitulação e inconsequência.

Quando o ANDES afirma que a “Educação é um dever do Estado” está enviando a seguinte mensagem para os capitalistas do ensino: não entendam que se está defendendo e exigindo que ela seja exclusivamente público-estatal, ou seja, não pensem que defendemos a bandeira da expropriação do capital privado na educação; significa tão somente que confiamos no Estado (burguês) para controlar a qualidade do ensino, incluindo aquele legitimamente explorado como um nicho de acumulação capitalista.

A proposta mais concreta de enfrentamento do ensino privado apareceu na primeira versão do Caderno 2 (1986), em que se defendia a proibição imediata de abertura de novos cursos e vagas na rede particular. Quando, porém, a Constituição de 1988 consagrou o ensino privado e clerical, o ANDES, ao invés de assumir a bandeira da expropriação e estatização da rede privada se acomodou à existência dela. E se, até a edição de 2003 o Caderno 2 contemplava a consigna da “desprivatização progressiva das IES”, mediante a construção do tal “Padrão Unitário de Qualidade” para a Universidade Brasileira, que a bandeira, ainda que apelando para uma fantasia, desapareceu. A tática de exaurir, com a ajuda do Estado, o ensino privado por desestímulo e desidratação, é deixada nas entrelinhas, praticamente escanteada.

Em síntese, o Caderno 2 além de idealista, reflete a subordinação ao Estado burguês e a orientação de colaboração de classes das direções do ANDES. Expõe a essência burguesa e o tapanho reformismo da Proposta para a universidade brasileira.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

Nesta edição:

- 86 anos da fundação da IV Internacional;
 - Trotsky: A IV Internacional e a Ucrânia;
 - O que significa a luta contra o trotskismo?;
 - Bolívia: Para onde está indo a crise econômica e política que estamos vivendo?;
 - Argentina: Para acabar com a fome no mundo, devemos acabar com o capitalismo;
 - Trotsky: 32 anos da dissolução da URSS
- Estalinismo e Bolchevismo:** Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



86 anos da fundação da IV Internacional



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

86 anos da fundação da IV Internacional

3 de setembro de 2024

Em 3 de setembro de 1938, foi fundada a IV Internacional, tendo por base o “Programa da Transição para a Revolução Socialista”. Um ano depois, em 1º de setembro de 1939, se desencadeou a Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polônia pelo exército de Hitler. A posição de Trotsky de erguer uma nova Internacional se gestou em 1933, quando Hitler foi nomeado como primeiro ministro pelo presidente alemão Paul von Hindenburg. Fato que ocorreu em 30 de janeiro de 1933. De sua expulsão da URSS em 1929 até a essa data, Trotsky concebia a possibilidade de reformar o sistema soviético e arrancar a III Internacional do controle da burocracia estalinista revisionista. A Oposição de Esquerda Internacional, portanto, se proclamava fração marxista-leninista. A ascensão do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista), fundado em 1920, e sua projeção ao poder em 1933, se deveu, em grande medida, às traições da socialdemocracia e à política da III Internacional que se mostrou incapaz de organizar o combate do proletariado pelo poder.

De 1929 a 1932, a Oposição de Esquerda se dedicou à questão da potenciação do fascismo, formulando uma linha para um período de grande turbulência mundial. Assinalou que a retomada dos fatores da decomposição do capitalismo que levaram à Primeira Guerra Mundial se apresentavam mais potentes. As derrotas na Alemanha logo após à vitória do proletariado na Rússia bloqueariam o desenvolvimento da revolução socialista na Europa e mundialmente. O fascismo se despontava como o último recurso totalitário da burguesia para esmagar as tendências revolucionárias das massas. Somente o proletariado organizado poderia demover a pequena burguesia desesperançada de servir de instrumento da política burguesa ultradireitista fascizante.

O VI Congresso da III Internacional, no entanto, aprovava uma linha ultraesquerdista, que se considerou ajustada ao que se denominou “Terceiro Período”. Os estalinistas acreditavam que a revolução estava às portas. Desconheciam a real situação da luta de classes que exigia a organização do proletariado como dirigente das massas. O Partido Comunista Alemão foi orientado a não constituir uma frente única com a socialdemocracia porque essa havia se tornado socialfascista. Essa linha permitiu ao fascismo canalizar a pequena burguesia contra o proletariado. O nazifascismo concentrou sua política no objetivo de destruir as organizações operárias e liquidar fisicamente suas direções.

Trotsky analisou pormenorizadamente os erros do “Terceiro Período”, evidenciando que a política ultraesquerdista conduzia o Partido Comunista Alemão a capitular diante das brutais pressões da crise. Indicou em 1931, portanto, cerca de dois anos antes da ascensão de Hitler ao poder, que “a vitória do fascismo na Alemanha significará uma ruptura no desenvolvimento da tradição revolucionária, o desmoronamento da Internacional Comunista, o triunfo do imperialismo mundial nos seus aspectos mais odiosos e mais sanguinários”. A III Internacional estalinizada seria um fator favorável à “ruptura no desenvolvimento da tradição revolucionária”.

Assim, em julho de 1933, Trotsky fez um chamado à “construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”. Essa decisão se mostrou historicamente necessária e impostergável. A tarefa de pôr em pé a IV Internacional se encontrava na razão direta do objetivo estratégico de derrubar a burocracia estalinista, varrer as forças restauracionistas e manter a defesa da URSS, fustigada pelos fascistas e ameaçada pela Segunda Guerra que se preparava.

A Oposição de Esquerda respondeu passo a passo à movimentação das forças imperialistas em direção à guerra e às alianças que se formavam. Aplicaram-se rigorosamente o programa bolchevique e as diretrizes internacionalistas para a guerra imperialista. No centro de suas respostas, se encontrava a defesa incondicional da URSS e se expunha o imperativo de derrubar a burocracia que levava às últimas consequências as deformações revisionistas do estalinismo.

Nas condições objetivas da desintegração do capitalismo, da guerra que se avizinhava e dos alinhamentos de forças militares, Trotsky vai expondo as etapas e elos da burocratização e do abandono do marxismo-leninismo pela camarilha dirigente do Estado operário, de forma a estabelecer um prognóstico das tendências internas à URSS que abrigavam a possibilidade da restauração capitalista. Da posição inicial de reformar a democracia soviética pela via da luta fracional, encabeçada pela Oposição de Esquerda, Trotsky passa à caracterização de que a sedimentação da ditadura burocrática estava concluída e que para derrotá-la se colocava uma revolução política.

Em inúmeros escritos, expõe os fundamentos históricos da burocratização do Estado operário - edificado em um país atrasado do ponto de vista capitalista como a Rússia e arruinado pelos anos de guerra, que combinaram fatores da guerra mundial e da guerra civil. O programa da revolução política se distingue da revolução social precisamente devido ao reconhecimento de que a restauração estava a caminho, mas não concluída. Admite a possibilidade de a burocracia vitoriosa contra a Oposição de Esquerda levar a restauração às últimas consequências, o que implicaria a derrubada da URSS. A revolução política se tornou um guia da Oposição de Esquerda e do processo de construção da IV Internacional a partir de 1933.

Uma vasta documentação sobre os avanços e recuos da restauração, bem como dos marcos que indicavam a possibilidade da derrocada da URSS, forma o patrimônio programático da IV Internacional. Como marxista-leninista, Trotsky trabalhou incessantemente pelo fortalecimento da Oposição de Esquerda e pela constituição da IV Internacional, apoiando-se nas fases do processo histórico da Revolução de Outubro, da transição do capitalismo ao socialismo, da luta de classes mundial, das traições políticas, das derrotas do proletariado na Europa, principalmente, e, assim, nas fases do processo de burocratização do Estado operário como um fenômeno novo e determinado pela luta de classes internacional, em última instância.

O dirigente da Revolução Russa ao lado de Lênin não deixou de admitir a importância da derrota da Oposição de Esquerda Russa, das enormes dificuldades em manter a sua continuidade estando no exílio e, evidentemente, da grave fraqueza do movimento pela edificação da IV Internacional, como continuidade do Partido Mundial da Revolução Socialista, que caracterizou a III Internacional

dos seus Primeiros Quatro Congressos, de 1919 a 1922.

As divergências e fracionamentos no interior da Oposição de Esquerda Internacional foram atrozes e refletiram a fraqueza de suas seções em assimilar as caracterizações de Trotsky sobre a emergência do terror e a constituição da ditadura bonapartista nas entranhas do Estado operário. A IV Inter-

nacional tinha de obrigatoriamente combater o revisionismo estalinista e erguer o programa da revolução política, ao mesmo tempo enfrentar o imperialismo com a bandeira de defesa incondicional da URSS.

Vários de seus escritos revelam a consciência de que o problema fundamental naquela circunstância era o de conservar e defender as posições programáticas e ideológicas do marxismo-leninismo, bem como as experiências tanto da Revolução quanto da constituição do Estado operário e da URSS. Contava com as repostas das massas à guerra que se aproximava para modificar as relações de forças em favor da revolução política na URSS e da revolução social nos países capitalistas. A IV Internacional deixaria de combater na contracorrente e seria um fator decisivo para superar a crise de direção. Ao mesmo tempo, tinha claro que, se essa mudança na luta de classes não ocorresse, a burocracia se sedimentaria e o imperialismo encontraria melhores condições para golpear as conquistas da primeira revolução social vitoriosa e a transição do capitalismo ao socialismo.

Tornou-se uma questão de vida ou morte para a Oposição de Esquerda Internacional a elaboração de um programa que daria continuidade aos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista. Em meio a conflitos internos ao movimento, a perseguição sistemática a Trotsky, a ataques brutais da ditadura estalinista que chegou ao ponto de montar a farsa dos Processos de Moscou e a derrotas como a da revolução espanhola, emergiu o "Programa de Transição" e assim a organização mundial do proletariado, a IV Internacional.

Distintamente do nascimento da Primeira, Segunda e Terceira Internacionais, a IV Internacional ganhou a luz do dia nas condições de destroçamento das direções e da independência das organizações mundiais da classe operária. O "Programa de Transição" é iniciado com a seguinte premissa: "A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se antes de mais nada pela crise histórica da direção do proletariado". Ao mesmo tempo, define que "os requisitos econômicos da revolução proletária atingiram já o mais elevado grau de maturidade que pode ser atingido sob o capitalismo". (...) "Sem a revolução social, no próximo período histórico, toda civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, e antes de mais nada de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise de direção revolucionária".

Trotsky foi assassinado em 20 de agosto de 1940, portanto, um ano depois do início da Segunda Guerra Mundial. A direção que deveria dar continuidade à luta pela consolidação da IV Internacional não se mostrou à altura de suportar o fortalecimento do aparato estalinista do pós-guerra. A participação da URSS na aliança imperialista, liderada pelos Estados Unidos, iria levar à dissolução da III Internacional em 1943. Essa traição ao programa do internacionalismo marxista-leninista se constituiria em mais um marco do revisionismo, que, para justificar sua política nacionalista, inventou a tese da possibilidade de construção do "socialismo em um só país" e de "coexistência pacífica" com as forças do imperialismo. A URSS saiu da guerra preservada e fortalecida. A projeção do aparato estalinista acabou por golpear a direção da IV Internacional, que capitulou em meados de 1950 e levou à sua divisão e dissolução. A direção pequeno-burguesa evidenciou toda a sua incompreensão das formulações de Trotsky sobre o terror e a inevitabilidade da derrocada da URSS caso o proletariado não encarnasse o programa da revolução política, como parte do programa da revolução social.

As inúmeras correntes que se reivindicam do trotskismo são produto do abandono do "Programa de Transição" e do total afastamento da tarefa de construir os partidos revolucionários no seio do proletariado, armando-se de um programa que se expresse as particularidades da revolução social em cada país. Em palavras, dizem que se apoiam no "Programa de Transição", mas dele se



divorciam na medida em que não constroem o partido elaborando o programa de revolução nacional, em suas particularidades, e internacional como expressão das leis gerais da transição do capitalismo ao socialismo. Não se pode confundir a miríade de correntes centristas que procuram se passar por “trotskistas”. A negativa em dar um passo concreto em favor da reconstrução da IV Internacional é um sintoma do abandono do “Programa de Transição”.

Os 86 anos da fundação da IV Internacional ocorrem nas condições de desmoronamento da ordem estabelecida pelos acordos da Conferência de Yalta, de fevereiro de 1945, que concluíram a Segunda Guerra Mundial. As forças produtivas reconstituídas voltam a se chocar abertamente com as relações capitalistas de produção. A partilha do mundo já não comporta as fronteiras nacionais. A guerra comercial, encabeçada pelos Estados Unidos em declínio, impulsiona as tendências bélicas. O processo de restauração capitalista - que liquidou a URSS, soterrou as mais avançadas conquistas da classe operária e arrastou a China para sua subordinação na ordem mundial regida pelo imperialismo - não solucionou a necessidade das potências estabelecerem uma nova partilha, que só pode ser o resultado de uma nova guerra mundial.

A guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, colocou e coloca a via da confrontação da Rússia com a aliança imperialista montada pelos Estados Unidos e assentada no poderio militar da OTAN. A Europa se ressentiu do espectro das duas guerras mundiais. A ocupação da Faixa de Gaza pelas forças do Estado sionista de Israel, outubro de 2023, estremeceu a ordem já instável do Oriente Médio. O genocídio do povo palestino resulta e faz parte da dominação imperialista que se estabeleceu desde a Primeira Guerra Mundial. A abertura da China ao capital imperialista e seu ingresso nas relações mundiais do capitalismo já não podem sustentar o objetivo da coexistência pacífica que está na base da política de restauração do capitalismo.

A guerra na Ucrânia, a ocupação militar da Faixa de Gaza, o agravamento dos choques dos Estados Unidos com a China, o descontento da Europa, a agudização das disputas territoriais na África e

a crescente instabilidade dos regimes políticos na América Latina evidenciam mais um período de decomposição do capitalismo da época imperialista. Objetivamente, trazem à tona o programa da revolução social que se sintetiza no “Programa de Transição” da IV Internacional. E ressaltam a necessidade histórica de retomar os elos das revoluções proletárias do século XX.

A crise de direção, sem dúvida, é mais profunda e ampla que a de 1938. A classe operária e sua vanguarda enfrentam uma regressão em suas conquistas, incluindo as mais elementares. Sobre essa base, os capitalistas contam a seu favor com a regressão ideológica e organizativa cuja responsabilidade do estalinismo é de ordem histórica. A vanguarda com consciência de classe que trabalha pela reconstrução da IV Internacional tem diante de si a tarefa de responder à regressão ideológica e política que bloqueia a organização independente do proletariado.

O Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, vem se esforçando por assimilar a luta heroica da Oposição de Esquerda e do movimento pela IV Internacional, liderada por Trotsky. O patrimônio programático e teórico do proletariado se materializou nas revoluções sociais. Delas fazem parte as derrotas e as traições das direções que se submeteram à ordem capitalista. A restauração capitalista e, sobretudo, a liquidação da URSS fazem parte das experiências que resultaram em contrarrevoluções. O marxismo-leninismo-trotskismo caracterizam o capitalismo da época imperialista de guerras, revoluções e contrarrevoluções. As contrarrevoluções apenas retardam a transição do capitalismo ao socialismo. De fato, preparam o caminho para novas revoluções de Outubro de 1917. A reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, é a condição para combater no dia a dia o avanço da barbárie capitalista que ameaça o futuro da humanidade.

Viva os 86 anos da fundação da IV Internacional!

Lutemos para pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Trotsky

A IV Internacional e a Ucrânia

A guerra na Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022 com a invasão russa obrigatoriamente remeteu a vanguarda marxista-leninista-trotskista a se apoiar nas formulações de Trotsky de 1939 para compreender e responder a um dos maiores conflitos do pós Segunda Guerra. O POR aproveita os 86 anos de fundação da IV Internacional para mostrar mais um dos grandes acertos programáticos das formulações de Trotsky. A vigência dos documentos que se referem à Ucrânia e a URSS alguns meses antes e mesmo no momento do desencadeamento da Segunda Guerra é de extraordinário valor para estabelecer um posicionamento internacionalista na atualidade.

Em abril de 1939, Trotsky redige “A questão Ucrâniana”. Inicia com a seguinte consideração: “O recente agravamento da questão ucraniana relaciona-se intimamente com a degeneração da União Soviética e da Comintern, os êxitos do fascismo e a iminência de uma nova guerra imperialista”. Não é por coincidência que a atual guerra na Ucrânia está vinculada à restauração capitalista, liquidação da URSS e cerco do imperialismo à Rússia, também há que se assinalar a emergência das tendências fascistas na Europa.

Trotsky recorda que a questão ucraniana esteve no centro das divergências em torno à defesa programática do direito à autodeterminação e à separação das nações oprimidas. Lênin levou o Partido Bolchevique a ter “um enfoque correto da questão ucraniana”. De posse do comando do Estado, Stalin impôs uma centralização burocrática oposta à orientação de Lênin sobre o desenvolvimento das relações entre as nacionalidades sob a forma da URSS. A

repressão estalinista a qualquer manifestação opositora minou os fundamentos democráticos da autodeterminação que regeu as medidas revolucionárias originadas no interior da Revolução de Outubro de 1917. Segundo Trotsky, “para a burocracia totalitária, a Ucrânia soviética se tornou uma divisão administrativa de uma unidade econômica e de uma base militar da URSS”. Essa relação foi minando a confiança das massas ucranianas e favorecendo a emergência do nacionalismo reacionário, que vendia “ao povo ucraniano a um ou outro imperialismo em troca da promessa de independência fictícia”. Diante da iminência da guerra, Trotsky conclui: “A isso se pode acrescentar agora – se não fosse pela violação da Ucrânia soviética por parte da burocracia estalinista, não haveria política hitlerista na Ucrânia”. Podemos seguramente traçar um paralelo e encontrar os pontos de ligação na guerra que hoje destroça a Ucrânia, que serve de bucha de canhão para os objetivos do imperialismo e como anteparo à Rússia restauracionista necessitada de se proteger mantendo o controle de ex-repúblicas soviéticas.

Trotsky sai em defesa da autodeterminação e do direito de separação da Ucrânia. Levanta a bandeira: “Por uma Ucrânia soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”. Explica: “Naturalmente, um Ucrânia independente de operários e camponeses poderia logo unir-se à Federação Soviética; mas voluntariamente, sob condições que ela mesma considere aceitáveis, o que por sua vez pressupõe uma regeneração revolucionária da URSS. A autêntica emancipação do povo ucraniano é inconcebível

sem uma revolução ou uma série de revoluções no Oeste, que possam levar em última instância à criação dos Estados Unidos Soviéticos da Europa". (...) "A questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia de operários e camponeses na luta contra o imperialismo, por um lado, e contra o bonapartismo moscovita, por outro". Essa orientação programática da IV Internacional se aplica à atual guerra na Ucrânia, guardadas as devidas particularidades.

Resposta de Trotsky à acusação de centrista

O posicionamento da IV Internacional nas formulações da "Questão Ucraniana" provocou reações. A colocação de que se tratava de lutar tanto contra o imperialismo quanto contra a ditadura bonapartista de Stalin foi taxada de centrista. Trotsky responde com o artigo "A independência da Ucrânia e a confusão sectária", de 30 de julho de 1939. Para Trotsky, o argumento dos opositores de que uma vez derrotada a ditadura estalinista não haveria necessidade da Ucrânia se separar da URSS era formal e inconsistente. Esqueciam-se, como diz Trotsky, que primeiro haveria de derrotar o estalinismo. "E para conseguir não se devia fechar os olhos diante do crescimento das tendências separatistas na Ucrânia, mas dar-lhes uma expressão política correta".

No percurso de seu raciocínio, Trotsky expõe o lugar do direito à autodeterminação nacional como "um princípio democrático, e não um princípio socialista". Ocorre que a classe operária é a força social capaz de encarnar a defesa das nacionalidades oprimidas, de forma que "as tarefas democráticas se entrelaçam com as socialistas".

Diante da disputa do imperialismo alemão e da URSS estalinizada em torno à Ucrânia, a posição da IV Internacional foi de que "a consigna de uma Ucrânia soviética independente é de importância excepcional para mobilizar as massas e educá-las no período de transição". Trotsky conclui sua resposta àqueles que o acusavam de centrista: "Os sectários simplesmente ignora o fato de que a luta nacional, uma das formas da luta de classes mais labirínticas e complexas, mas ao mesmo tempo de extrema significação, não pode ser colocada de lado com simples referências à futura revolução mundial". (...) "Denomina-se centrismo a política que é por sua essência oportunista e que pretende aparecer como revolucionária por sua forma. O oportunismo consiste na adaptação passiva à classe governante e ao seu regime (...)". "O centrismo partilha totalmente esse traço do oportunismo, mas o oculta para se adaptar ao descontentamento dos operários, diante dos comentários radicais".

A reação acusa Trotsky de estar a serviço de Hitler

Em resposta, Trotsky publica uma nota "Os feudais democráticos e a independência da Ucrânia", agosto de 1939. A reação acusa que "a separação da Ucrânia levará ao enfraquecimento militar da URSS". Assim, dá a entender que Trotsky estaria a serviço de Hitler. Esse raciocínio é de quem se opõe de fato à luta da nação oprimida pelo direito à autodeterminação e separação.

O argumento de Trotsky é o seguinte: "Suponhamos que a separação da Ucrânia realmente debilita a URSS. O que fazer então com o princípio democrático de autodeterminação das nações? Todo país que mantém pela força dentro de suas fronteiras alguma outra nacionalidade considera que a separação desta debilitaria econômica e militarmente o Estado. Hitler anexou os tchecos e semianexou a Eslováquia precisamente porque assim fortalecia militarmente a Alemanha. Em que se diferencia o critério de nossos democratas do critério de Hitler?" (...) "Em outras palavras, se são uma nação, ou são de segunda classe, no entanto, o que determina

o destino da Ucrânia são os interesses da Rússia, isto é, da maior parte da Grã Rússia. E isso é precisamente o ponto de vista dos feudais". (...) "Na perspectiva histórica superior, isto é, na da revolução socialista, seria justo subordinar durante determinado período os interesses nacionais da Ucrânia aos do proletariado internacional caso entrem em conflito. A Ucrânia está estrangulada pela mesma reação bonapartista que estrangula toda a URSS e socava sua capacidade de autodefesa. O movimento revolucionário ucraniano dirigido contra a burocracia bonapartista é um aliado direto do proletariado internacional". Trotsky conclui a resposta: "O movimento revolucionário nacional da Ucrânia faz parte do movimento revolucionário poderoso que se está gestando molecularmente sob a casca da reação triunfante. Por isso dizemos: Viva a Ucrânia Soviética Independente!"

Quinze dias do início da Segunda Guerra Mundial

Trotsky publica uma nota sintética intitulada "Stalin, administrador interino da Ucrânia", 18 de setembro de 1939. A Polónia era invadida pelas tropas alemãs. Ocorria sob a "camuflagem para ocultar a aliança estalinista com Hitler". Vem à luz do dia o Pacto Germano-Soviético, que previa uma divisão do território polonês. Trotsky denuncia que "a invasão estalinista não é mais do que um complemento simétrico das operações hitlerianas". (...) "O Kremlin, que até há pouco tempo procurava ganhar amizade de Varsóvia (para atraí-la) declarava como criminosa da consigna de autodeterminação para a Ucrânia ocidental (Galícia oriental). Os expurgos e execuções na Ucrânia soviética foram provocados fundamentalmente pelo fato de que os revolucionários ucranianos aspiravam, contra a vontade de Moscou, a libertação da Galícia da opressão polaca. Agora, o Kremlin procura dissimular sua intervenção na Polónia com um pesaroso interesse na 'libertação' e 'unificação' dos povos da Ucrânia e da Rússia branca. Na realidade, a Ucrânia soviética está mais amarrada que qualquer outra parte da União Soviética pelas ferozes cadeias da burocracia de Moscou. A aspiração de um setor da nação ucraniana à sua libertação e independência é totalmente legítima e muito intensa. Mas esses anseios se dirigem também contra o Kremlin. Se a invasão alcança seu objetivo, o povo ucraniano se encontrará 'unificado', não na liberdade nacional, mas na escravidão burocrática".

Esse acontecimento expôs a real dimensão programática da bandeira "Por uma Ucrânia soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente". Essa linha formulada há 85 anos continua válida e imprescindível para a vanguarda revolucionária responder à atual guerra que poderá ser o prólogo de uma futura conflagração mundial. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se colocou desde o início nesse terreno aberto e aplainado pela IV Internacional. E sua seção brasileira – o POR – tem feito um esforço sistemático para materializar essa linha internacionalista, marxista-leninista-trotskista.

(As citações foram extraídas da obra *Escritos*, de Leon Trotsky, Tomos X, vol. 2, 1938-1939, e XI, vol. 1, 1939-1940, Editorial Pluma)

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

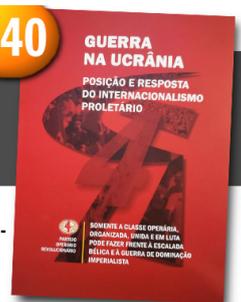
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.





Abaixo publicamos, como parte de nossa campanha pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a resposta de Trotsky aos ataques dos estalinistas à IV Internacional. Trata-se de um documento de valor histórico.

O que significa a luta contra o trotskismo?¹

(Sobre Lombardo Toledano e outros agentes da GPU)

¹ O que significa a luta contra o “trotskismo”? Publicado em 1935 pela seção mexicana da Quarta Internacional e traduzido do espanhol para este volume por Will Reissner.

Em muitas cartas e conversas, fui questionado sobre o significado da luta que está sendo travada atualmente na União Soviética e porque em outros países, especialmente no México, vários dirigentes do movimento operário abandonaram suas tarefas específicas para empreender uma campanha de calúnias pessoalmente contra mim, embora eu não me envolva nos problemas internos deste país. Aprecio essas perguntas porque me dão a oportunidade de respondê-las publicamente da forma mais objetiva e precisa possível.

Em primeiro lugar, há que se entender claramente que quando se trava uma luta política de grande importância, especialmente se envolve dezenas e centenas de milhares de pessoas, ela não pode ser explicada em termos de motivos “pessoais”. Não são poucas as pessoas que, superficial e esquematicamente, atribuem a luta entre trotskistas e estalinistas à ambição pessoal. A ambição pode impulsionar alguns políticos individualmente, mas na União Soviética milhares e milhares de pessoas acusadas de serem “trotskistas” foram e continuam a ser executadas. Será que tantas pessoas sacrificam sua posição, sua liberdade, suas vidas e muitas vezes a vida de seus parentes apenas pela ambição de um único indivíduo, ou seja, Trotsky? E, inversamente, é igualmente absurdo pensar que a política estalinista pode ser explicada em termos da ambição pessoal de Stalin. Essa luta há muito tempo ultrapassou as fronteiras da União Soviética. Para entender corretamente o significado do conflito que atualmente divide o movimento operário em todo o mundo, é necessário, antes de tudo, deixar de lado toda a conversa vazia sobre motivos pessoais e começar a analisar as causas históricas que o engendraram.

Todos conhecem, mesmo que apenas em termos gerais, as causas e os problemas da revolução que eclodiu na Rússia em outubro de 1917. Foi a primeira revolução triunfante das massas oprimidas, dirigida pelo proletariado. O objetivo da revolução era abolir a exploração e a desigualdade entre as classes, criar uma nova sociedade socialista baseada na propriedade coletiva da terra, minas e fábricas, e alcançar uma distribuição racional e justa dos produtos do trabalho entre todos os membros da sociedade. Quando estávamos fazendo essa revolução, muitos social-democratas (oportunistas reformistas como Lewis, Jouhaux, Lombardo Toledano, Laborde 2, etc.) nos diziam que não poderíamos ter sucesso, que a Rússia era um país muito atrasado, que não poderíamos construir o comunismo lá etc. Respondíamos da seguinte forma: é claro que, isoladamente, a Rússia é um país muito atrasado e incivilizado para ser capaz de construir uma sociedade comunista por conta própria. Mas, acrescentávamos, a Rússia não está sozinha. No mundo existem países capitalistas muito mais avançados, com um nível tecnológico e cultural muito mais alto e um proletariado muito mais desenvolvido. Nós, russos, estamos começando a revolução socialista, isto é, estamos dando os primeiros passos ousados para o futuro. Mas os trabalhadores alemães, franceses e ingleses começarão sua luta revolucionária imediatamente depois de nós, conquistarão o poder nesses países e depois nos ajudarão com sua tecnologia e cultura superiores. Sob a liderança do proletariado dos países mais avançados, mesmo os povos mais atrasados (Índia, China, América Latina) empreenderão o novo caminho socialista. Assim, chegaremos gradualmente ao estabelecimento de uma nova sociedade socialista em escala mundial.

² Hernán Laborde: o principal líder do Partido Comunista Mexicano até o início de 1940, quando foi expurgado em uma reorganização partidária relacionada à preparação do assassinato de Trotsky.

Como é sabido, nossas esperanças de que uma revolução proletária ocorreria em breve na Europa não se materializaram. Por quê? Não porque as massas trabalhadoras não o quisessem. Pelo contrário, após a Grande Guerra de 1914, o proletariado dos países europeus começou a lutar contra a burguesia imperialista e mostrou-se totalmente pronto para tomar o poder. O que o fez recuar? Os dirigentes, os burocratas operários conservadores, os cavalheiros da laia de Lewis e Jouhaux, os professores de Lombardo Toledano.

Para atingir seus objetivos, a classe operária tem de criar suas organizações, os sindicatos e o partido político. Nesse processo, uma camada de burocratas, secretários de sindicatos e outras organizações, deputados, jornalistas etc., se eleva acima do setor explorado. São elevados tanto por suas condições materiais de vida quanto por sua influência política. Poucos são aqueles que mantêm uma relação íntima com a classe operária e permanecem leais aos seus interesses. A maioria começa a olhar para aqueles acima deles, em vez daqueles que estão abaixo. Começam a se colocar do lado da burguesia, esquecendo os sofrimentos, misérias e esperanças da classe operária. Esta é a causa de muitas das derrotas infligidas ao proletariado.

Mais de uma vez vimos ao longo da história que partidos e organizações que surgiram do movimento popular sofreram mais tarde uma degeneração total. Foi o que aconteceu na época com a igreja cristã, que começou como um movimento de pescadores, carpinteiros, oprimidos e escravos e depois gerou uma poderosa, rica e cruel hierarquia eclesiástica. Foi o que nós mesmos testemunhamos acontecer com os partidos da Segunda Internacional, que gradualmente se afastaram dos interesses reais do proletariado e foram empurrados para a burguesia. Durante a guerra, a social-democracia defendeu em todos os países o seu imperialismo nacional, isto é, os interesses do capital usurpador, vendendo os operários e os povos coloniais. Quando os movimentos revolucionários começaram, no curso da guerra, a social-democracia, o partido que deveria ter levado os trabalhadores à insurreição, de fato ajudou a burguesia a destroçar o movimento operário. A traição enquistada em seu estado-maior paralisou o proletariado.

Por isso, nunca se concretizaram as expectativas de uma revolução europeia e mundial após a guerra. A burguesia continuou apegada à sua riqueza e ao poder. Somente na Rússia, onde havia um partido verdadeiramente revolucionário, o Partido Bolchevique, o proletariado venceu e criou o Estado operário. No entanto, a União Soviética se viu isolada. Os trabalhadores dos países mais ricos e avançados não podiam ajudá-la. Consequentemente, o proletariado russo ficou numa situação muito difícil.

Se o nível tecnológico da Rússia tivesse sido tão alto quanto o da Alemanha ou dos Estados Unidos, a economia socialista teria produzido desde o início tudo o que era necessário para satisfazer as necessidades diárias do povo. Nessas circunstâncias, a burocracia soviética não teria sido capaz de desempenhar um papel tão importante, uma vez que o alto nível tecnológico também implicaria um alto nível cultural, e os operários nunca teriam permitido que a burocracia lhes desse ordens. Mas a Rússia era um país pobre, atrasado e incivilizado. Ademais, foi devastado por anos de guerra imperialista e civil. É por isso que, apesar dos enormes

progressos realizados, a nacionalização de terras, fábricas e minas, não pôde produzir rapidamente – e ainda hoje não consegue – a quantidade de mercadorias necessárias para atender às necessidades diárias da população. E a escassez de bens implica inevitavelmente a luta por esses bens. A burocracia intervém nessa luta; ela age como árbitro, divide, dá a alguns, tira de outros. É claro que, nesse processo, a burocracia não deixa de se preocupar consigo mesma. Deve-se ter em mente que na URSS a burocracia não está apenas no partido ou nos sindicatos, mas também no aparato estatal. A burocracia tem à sua disposição todas as propriedades nacionalizadas, a polícia, o judiciário, o exército e a marinha.

O controle sobre a economia e a distribuição de mercadorias deram à burocracia soviética a oportunidade de concentrar toda a autoridade em suas mãos, impedindo que as massas trabalhadoras tivessem acesso ao poder. Desse modo, no país da Revolução de Outubro, um novo estrato privilegiado se eleva acima das massas e dirige o país por métodos idênticos aos usados pelo fascismo. Os soviets operários e camponeses não desempenham mais nenhum papel. Todo o poder está nas mãos da burocracia. A pessoa que governa é o chefe dessa burocracia: Stalin.

É impossível dizer que a URSS está se movendo em direção à igualdade socialista. No que diz respeito à situação material, o estilo de vida da camada superior da burocracia é o mesmo que o da grande burguesia dos países capitalistas. A camada média vive mais ou menos como a média burguesia, e os operários e camponeses, finalmente, vivem em condições muito mais difíceis do que os operários e camponeses dos países avançados. Esta é a verdade simples.

Pode-se perguntar: isso significa que a Revolução de Outubro foi um erro? Essa conclusão seria, sem dúvida, totalmente errada. A revolução não é o resultado dos esforços de uma única pessoa ou de um único partido. A revolução irrompe como culminação de um processo histórico, quando as massas populares não querem mais tolerar as antigas formas de opressão. Apesar de tudo, a Revolução de Outubro possibilitou grandes avanços. Nacionalizou os meios de produção e, por meio da economia planificada, permitiu o desenvolvimento muito rápido das forças produtivas. É um enorme passo em frente. Toda a humanidade aprendeu com essa experiência. A Revolução de Outubro deu um tremendo impulso à consciência das massas populares. Despertou nelas um espírito de independência e iniciativa. Embora em muitos aspectos a situação dos trabalhadores seja difícil, ela é, no entanto, muito melhor do que sob o czarismo. Não; a Revolução de Outubro não foi “um erro”. Mas uma Rússia isolada não podia alcançar seu objetivo fundamental, o estabelecimento de uma fraterna sociedade socialista. Este objetivo ainda não foi alcançado.

A partir do momento em que um novo setor parasitário se impôs ao proletariado na URSS, a luta das massas foi naturalmente dirigida contra a burocracia como o principal obstáculo no caminho para o socialismo. Para justificar sua existência, a burocracia explica que o socialismo “foi alcançado” graças aos seus esforços. Na realidade, a questão social só foi resolvida para a burocracia, cujo padrão de vida está longe de ser ruim.

“Eu sou o estado”, raciocina a burocracia. Contanto que as coisas corram bem para mim, tudo está em ordem.” Não há nada de surpreendente no fato de que as massas populares, que não escaparam de sua miséria, nutrem sentimentos de hostilidade e ódio contra essa nova burocracia que devora grande parte dos frutos de seu trabalho.

Enquanto finge defender os interesses do socialismo, a burocracia está na verdade defendendo seus próprios interesses e, inevitavelmente, sufoca e extermina qualquer um que levante uma

crítica à opressão e à terrível desigualdade que existe na União Soviética. A burocracia apóia Stalin porque ele defende resoluta e implacavelmente sua posição privilegiada. Quem não entendeu isso não entendeu nada.

É bastante natural que os trabalhadores, que no espaço de doze anos (1905 a 1917) fizeram três revoluções, estejam insatisfeitos com esse regime e tenham tentado mais de uma vez controlar a burocracia. Na União Soviética, a esses representantes da classe operária insatisfeita, que criticam e protestam, são chamados de trotskistas porque seu programa corresponde ao que eu defendo na imprensa. Se a burocracia lutasse pelos interesses do povo, poderia punir seus inimigos diante das massas, e por crimes reais, não inventados. Mas como a burocracia luta apenas por seus próprios interesses e contra os do povo e de seus verdadeiros amigos, obviamente, não pode dizer a verdade sobre as causas das inúmeras perseguições, prisões e execuções. Consequentemente, a burocracia acusa todos aqueles que chama de trotskistas de crimes monstruosos que eles não cometeram e não podem cometer. Para fuzilar um opositor que defende os interesses vitais dos trabalhadores, a burocracia simplesmente o chama de “agente fascista”. Essas atividades da burocracia não podem ser controladas. Durante os processos judiciais secretos, que são conduzidos no estilo da Santa Inquisição, confissões de crimes inacreditáveis são extraídas dos acusados. Assim são os julgamentos de Moscou, que comoveram o mundo inteiro ³. De acordo com esses julgamentos, parece que a Velha Guarda Bolchevique, a geração que travou a luta suprema pela conquista do poder pela classe operária ao lado de Lenin, era na realidade composta de espíões e agentes da burguesia. Ao mesmo tempo, foram liquidados os melhores representantes da geração seguinte, que carregaram todo o peso da Guerra Civil (1918 a 1921) nas costas.

Então a Revolução de Outubro foi feita pelos fascistas? E a Guerra Civil operária e camponesa foi dirigida por traidores? Não! É uma calúnia desprezível contra a revolução e o bolchevismo! O fator básico dessa calúnia é que foram precisamente esses bolcheviques, que tinham um verdadeiro passado revolucionário, os primeiros a protestar contra a nova casta burocrática e seus privilégios monstruosos. A burocracia, que tem um horror mortal da oposição, travou uma luta incansável contra os representantes do velho Partido Bolchevique e acabou exterminando quase todos eles. Esta é a verdade simples.

A burocracia de Moscou tem um imenso número de agentes em todo o mundo para manter sua autoridade no exterior, para aparecer como representante da classe operária e defensora do socialismo, e para manter a classe operária mundial sob seu domínio. Com essa finalidade, gasta dezenas de milhões de dólares por ano. Muitos desses agentes secretos são dirigentes do movimento operário, funcionários sindicais ou dos chamados partidos “comunistas”, que na verdade nada têm a ver com o comunismo. A tarefa desses agentes pagos pelo Kremlin é enganar os trabalhadores, apresentando os crimes da burocracia soviética como “atos em defesa do socialismo”, caluniando os operários russos avançados que estão lutando contra a burocracia e rotulando os verdadeiros defensores dos operários de “fascistas”. “Mas é um papel repugnante!” exclama todo trabalhador honesto. Também achamos repugnante.

Lombardo Toledano, secretário-geral da CTM, é um dos agentes mais zelosos e desavergonhados da burocracia de Moscou. Sua atividade desprezível está se desenrolando diante dos olhos de todo o mundo. Defende Stalin, sua violência e traições, seus provocadores e seus verdugos. Não surpreende que Toledano seja o inimigo mais ávido do trotskismo. É o trabalho deste homem!

Um ano e meio atrás, a Comissão Internacional de Inquérito

³ Entre 1936 e 1938, Stalin conduziu as três *grandes farsas judiciais de Moscou*, em que a maioria dos líderes da Revolução Russa foi acusada de conspirar para restaurar o capitalismo. Os principais réus no processo, à revelia, foram Trotsky e seu filho Leon Sedov. Por meio desses julgamentos, Stalin consolidou seu domínio pessoal na União Soviética.

começou a revisar os julgamentos de Moscou 4. Toledano, junto com outros estalinistas, foi convidado a participar dessa comissão.

Apresentem suas acusações, forneçam evidências! No entanto, Toledano recusou o convite com uma desculpa falsa e covarde: a comissão, segundo ele, “não foi imparcial”. Então, por que o “imparcial” Toledano não aproveitou a oportunidade para demonstrar publicamente a “parcialidade” da comissão? Porque ele não tem provas para apoiar as calúnias que repete, seguindo as ordens de Moscou.

A comissão internacional, formada por pessoas conhecidas em todo o mundo por sua integridade, publicou os resultados de seu trabalho em dois volumes de mais de mil páginas. Todos os documentos foram examinados. Dezenas de testemunhas foram interrogadas. Cada mentira e cada calúnia foram analisadas em detalhes. A comissão resolveu por unanimidade que todas as acusações contra mim e meu filho mais novo, Leon Sedov, são mentiras malignas fabricadas por Stalin. O que Stalin e seus agentes responderam? Nada, nem uma palavra. Apesar disso, Toledano continua a apresentar e defender as falsas acusações de Moscou e adicionar outras de sua própria autoria. “Mas é vergonhoso!” exclamará todo trabalhador honesto. Absolutamente verdadeiro. Está além da descrição!

Em fevereiro, o congresso da CTM votou uma resolução contra Trotsky e os “trotskistas”. A resolução repete, palavra por palavra, as falsas acusações do promotor Vyshinsky, que era advogado dos magnatas do petróleo do Cáucaso antes da revolução e há muito é conhecido como um completo canalha 5. Como pode o congresso de uma organização operária adotar uma resolução tão desgraçada? A responsabilidade direta é de Lombardo Toledano, que neste caso não atuou como secretário de um sindicato, mas como agente da polícia secreta de Stalin, a GPU.

Tampouco é necessário esclarecer que, pessoalmente, não tenho nenhum problema com que as organizações operárias mexicanas tenham uma opinião sobre o “trotskismo” como uma tendência política e tornem públicas suas conclusões. Mas, para fazer isso, precisam examinar a questão honestamente; é um requisito elementar da democracia operária. Antes do congresso, todos os sindicatos deveriam ter analisado o problema do “trotskismo”. Aqueles que o apoiam deveriam ter tido a oportunidade de expressar suas posições diretamente aos trabalhadores. Além disso; num congresso evidentemente preparado para me julgar, a mais elementar cortesia exigia que eu fosse convidado a me explicar pessoalmente. Na realidade, as maquinações impostas por Moscou foram realizadas não apenas pelas minhas costas, mas também pelas de todos os operários mexicanos. Ninguém sabia de antemão que o problema de Trotsky e do “trotskismo” seria tratado no congresso. Para servir aos objetivos de Stalin, Toledano conspirou contra os trabalhadores mexicanos. Os delegados ao congresso não tinham nenhum material informativo; eles foram surpreendidos como se estivessem em uma emboscada militar. Toledano impôs a resolução ignóbil da mesma forma que Stalin, Hitler e Göebbels 6 aplicam as decisões do “povo”. Este método indica um desprezo “totalitário” pela classe operária. Ao mesmo tempo, Toledano exige que o governo mexicano me silencie e me prive da oportunidade de me defender contra os caluniadores. Este é o campeão da “democracia”, Lombardo Coração de Leão!

No entanto, ele não repetiu simplesmente as falsificações oficiais do promotor Vyshinsky de Moscou. Toledano também usa sua imaginação. Pouco depois de minha chegada ao México, ele declarou publicamente que eu estava preparando uma greve geral contra o governo do general Cárdenas 7. O absurdo dessa “acusação” é óbvio, mas o absurdo não é obstáculo para Toledano: Moscou exige abnegação e obediência. O próprio Toledano afirmou no México, Nova York, Paris e Oslo que em todo o México eu não tinha mais do que dez amigos, um número que mais tarde foi reduzido para cinco e finalmente para dois. Em caso afirmativo, como eu poderia organizar uma greve geral e uma conspiração? Por outra parte, o que aconteceu com todos os meus “amigos” da direita, os fascistas, os “camisas marrons” e assim por diante? Como se vê, o nível intelectual das acusações de Toledano não difere muito do nível das acusações levantadas em Moscou contra os opositores da burocracia. Mas Toledano não tem sua própria GPU que o defenda dos críticos sob a mira de uma arma. Por isso teria de ter sido mais cauteloso!

O outro agente mexicano da GPU, Laborde, dirigente do chamado Partido “Comunista” (quem poderia acreditar!) declarou em uma reunião solene no outono passado, diante de uma grande audiência, incluindo o Presidente da República, que eu havia me aliado secretamente ao (atenção!) general Cedillo y Vasconcelos para, é claro, realizar um golpe de Estado fascista. Laborde, que comprometeu e desonrou seu partido, teve de lançar uma acusação tão idiota apenas porque, como Toledano, recebeu ordens de Moscou para agir dessa maneira; e, em Moscou, perdeu-se há muito tempo todo o senso de proporção, não apenas no que diz respeito à moralidade, mas também à lógica e à psicologia. O aluno não pode ser colocado em um nível superior ao do professor. O agente de GPU não pode fazer o que quiser. Ele tem de seguir as ordens de seu patrão. Não fazer isso significaria que o partido de Laborde perderia imediatamente os subsídios de Moscou e entraria em colapso como um baralho de cartas.

No verão passado, fiz uma viagem pelo México para conhecer melhor o país que ofereceu a mim e à minha esposa uma hospitalidade tão generosa. Em El Popular, Jornal de Toledano, foi publicada a notícia de que durante minha viagem eu havia me encontrado com alguns contra-revolucionários, especialmente com o pró-fascista Dr. Atl 8. Eu disse à imprensa que não conhecia o Dr. Atl. Mas minha recusa categórica não deteve o Sr. Toledano, que continuou publicando notas e caricaturas mostrando-me na companhia daquele homem. O que isto significa? Toledano é advogado, sabe o que significa “calúnia” e “falso testemunho”. Sabe que nada desacredita tanto uma pessoa quanto a disseminação de uma calúnia consciente inspirada por motivos pessoais. Como pode afundar tanto, sacrificando sua reputação como dirigente operário e pessoa honesta? É provável que a consciência de Toledano esteja corroída. Mas desliza ladeira abaixo. Ele cai e não consegue parar. Não é fácil para as vítimas da GPU escapar de suas garras.

Pode-se objetar que atribuo muita importância a Toledano, mas não é o caso. Toledano não é um problema individual, é um protótipo. Há uma infinidade de cópias dele, todo um exército mercenário treinado por Moscou! Usando Toledano como exemplo, desmascaro esse exército, que semeia na opinião pública as sementes da mentira e do cinismo.

4 A Comissão de Inquérito sobre as Acusações Contra Leon Trotsky nos Julgamentos de Moscou foi denominada Comissão Dewey por seu presidente, John Dewey (1859-1952), o destacado filósofo e educador norte-americano. A Comissão realizou suas audiências no México de 10 a 17 de abril de 1937. O resumo de suas conclusões foi publicado em Not Guilty [inocente] (Monad Press, 1972). As atas das reuniões da Comissão foram publicadas em The case of León Trotsky [O caso de Leon Trotsky] (Merit Publisher, 1968).

5 Andrei Vyshinsky (1883-1954): ingressou na socialdemocracia em 1902, mas permaneceu menchevique até 1920. Ele ganhou fama internacional como promotor nos julgamentos de Moscou e foi ministro das Relações Exteriores soviético de 1949 a 1953.

6 Joseph Göebbels (1897-1945): Ministro nazista da Propaganda e Esclarecimento Nacional (a partir de 1933) e membro do gabinete consultivo de Hitler (a partir de 1938), ele cometeu suicídio quando a Alemanha foi derrotada.

7 General Lázaro Cárdenas (1895-1970): presidente do México de 1934 a 1940. Sua administração foi conhecida por seus planos de redistribuição de terras, desenvolvimento industrial e de transporte, pela retomada de conflitos com a Igreja Católica Romana e, em 1938, pela expropriação de empresas petrolíferas estrangeiras. Seu governo foi o único no mundo que deu asilo a Trotsky nos últimos anos de sua vida.

8 El Popular era o jornal da CTM, editado por Lombardo Toledano. O Doutor Atl era Gerardo Murillo, pintor e professor de Diego Rivera. Ex-revolucionário, no final dos anos 30 tornou-se simpatizante do fascismo.

Toda vez que sou forçado a refutar as últimas calúnias de Toledano e Laborde, esses senhores proclamam que eu sou... um inimigo da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos. Que acusação ridícula! Eles realizam suas maquinações pelas costas dos trabalhadores e se escondem atrás deles quando são pegos. Que cavaleiros! Que heróis... e que sofistas miseráveis! Como poderia eu, que dediquei quarenta e dois anos da minha vida a serviço do movimento operário, abrigar qualquer hostilidade a uma organização proletária que se esforça por melhorar a situação do conjunto do movimento operário? Mas a CTM não é Toledano, nem Toledano é a CTM. Cabe aos trabalhadores mexicanos decidir se ele é ou não um bom funcionário sindical. Mas quando Toledano se apresentar para defender os carrascos da GPU contra o melhor da classe operária da Rússia, eu também devo me levantar e dizer publicamente aos trabalhadores do México e de todo o mundo: Toledano é um mentiroso traidor que age em benefício da gangue do Kremlin! Não acreditem nele!

Os métodos de Toledano são idênticos aos usados nos julgamentos de Moscou. Em essência, ambos substituem as diferenças políticas por histórias de detetive; inventam intrigas monstruosas para excitar a imaginação dos ignorantes, mentem e caluniam, caluniam e mentem. Em Moscou, dizem que tive uma entrevista secreta com o ministro fascista Hess 9 (que eu nunca vi na minha vida e com quem, é claro, nunca tive nenhum relacionamento). No México, dizem que tive uma entrevista secreta com esse Dr. Atl, sobre quem nada sei. É assim que a GPU procede.

Mas, apesar dessas semelhanças, há uma diferença. A GPU, depois de silenciar todas as críticas e usar falso testemunho, tem a possibilidade de extrair falsas confissões do acusado. Se não conseguem, fuzilam secretamente o acusado, sem permitir que ele goze do direito a processo legal. No México, Toledano ainda não tem a oportunidade de usar esse tipo de repressão. Claro, ele se aproveita das falsificações fabricadas por Moscou, como o filme Lenin em outubro, totalmente desonesto e sem valor, mas isso não é suficiente. A humanidade não é constituída apenas por imbecis. Há muitas pessoas capazes de pensar. Por esta razão, é fácil desmascarar as calúnias de Toledano. E continuaremos essa tarefa até o fim!

Proponho que seja feito um inquérito público sobre as acusações de Toledano sobre os preparativos para a greve geral contra o governo do general Cárdenas, minhas “relações” com Cedillo e Vasconcelos, minhas relações secretas com o Dr. Atl etc. Seria uma

9 *Rudolf Hess* (n. 1894): juntou-se aos nazistas alemães em 1921. A partir de 1932, ele chefiou a seção política do Partido Nazista e foi membro do gabinete consultivo de Hitler a partir de 1934. Em 1941, voou para a Escócia, onde foi feito prisioneiro de guerra; em 1946, o tribunal de Nuremberg o condenou à prisão perpétua.

10 *Erwin Wolf*: tcheco. Trabalhou como secretário de Trotsky na Noruega. A GPU o assassinou na Espanha em 1937 (ver *Escritos 1936-1937*). *Ignace Reiss*: pseudônimo de Ignace Poretsky, um agente da GPU que rompeu com Stalin no verão de 1937 e se juntou à Quarta Internacional. Foi assassinado por agentes da GPU perto de Lausanne, Suíça, em 4 de setembro de 1937 (ver *Escritos 1936-1937*). Sua viúva, Elizabeth K. Poretski, escreveu uma biografia dele intitulada *Nosso Povo* (1970).

excelente oportunidade para estabelecer a verdade ou falsidade das acusações contra mim. O Sr. Toledano, tão zeloso em sua defesa dos julgamentos de Moscou, fará um grande favor a Stalin se puder provar aqui no México a validade das acusações feitas contra mim. Diga-os ao juiz! Acusadores, apresentem suas evidências!

No entanto, não temos ilusões. Toledano não aceitará o desafio. Ele não se atreverá a aceitá-lo. Ele não pode comparecer perante uma comissão imparcial que inevitavelmente se tornaria um meio de desmascarar a GPU e seus agentes. Evidências? Que tipo de evidências o caluniador pode apresentar? Ele só conta com sua falta de escrúpulos e sua má consciência. Ele não tem mais nada!

De tudo o que temos dito, qualquer pessoa inteligente tirará a seguinte conclusão: se aqui no México, onde ainda existem a liberdade de imprensa e o direito de asilo, os agentes de Stalin se permitem fazer acusações tão absurdas e desonrosas, o que os agentes de Stalin não se permitirão na União Soviética, uma vez que da imprensa do regime totalitário desapareceu toda crítica, oposição e protesto? No decorrer deste processo, contra sua própria vontade, Toledano deu à opinião pública mexicana a chave para todos os julgamentos de Moscou. Em geral, deve-se dizer que amigos muito ciosos são mais perigosos do que inimigos.

Minhas idéias são desagradáveis para todos os oportunistas e aproveitadores. Se eles gostassem delas, eu consideraria uma grande desgraça. Os oprimidos não alcançarão sua emancipação sob a liderança dos oportunistas e aproveitadores. Que esses senhores ataquem publicamente minhas idéias! Pertencço à Quarta Internacional e não escondo minhas posições. A Quarta Internacional é o único partido mundial que realmente luta contra o imperialismo, o fascismo, a opressão, a exploração e a guerra. Somente esta jovem e pujante organização expressa os interesses reais do proletariado. É precisamente por essa razão que luta implacavelmente contra a burocracia corrupta da obsoleta e patriótica Segunda Internacional e da Terceira, obsoletas e patrióticas. Esta é a origem do ódio raivoso sentido contra o “trotskismo” por carreiristas oportunistas, aventureiros e bem alimentados. Quando pode, a gangue do Kremlin mata nossos combatentes (Erwin Wolf, Ignace Reiss, Leon Sedov, Rudolf Klement e muitos outros) 10. Quando não pode assassiná-los, os calunia. Não lhe falta dinheiro nem agentes pagos. No entanto, está destinado a sofrer um colapso vergonhoso. As ideias revolucionárias que correspondem às necessidades do processo histórico superarão todos os obstáculos. Os caluniadores se chocarão contra essa invencível verdade.

Bolívia

Para onde está indo a crise econômica e política que estamos vivendo?

A crise econômica que o país atravessa não é conjuntural. Resulta da incapacidade burguesa de superar o atraso e a miséria que prevalecem no país.

Somos um país em que a economia do Estado burguês depende da renda que pode obter com a pilhagem de nossos recursos naturais pelas corporações transnacionais do imperialismo. Não há burguesia industrial; a burguesia agrícola latifundiária do Oriente é localista e ligada ao capital estrangeiro, insignificante em comparação com seus concorrentes em países vizinhos como Brasil, Argentina e até Paraguai. As cooperativas de mineração

de ouro, associadas a empresários estrangeiros, vivem uma situação de boom econômico, mas são uma força social mesquinha que, como a agroindústria, só contribuem com misérias para os cofres do Estado. Somos um país economicamente desarticulado pelo desenvolvimento relativo desigual de suas regiões, um país em que os modos de produção pré-capitalistas ainda estão em vigor na maioria dos setores produtivos nacionais, nos quais, por falta de fontes de trabalho, a grande maioria ganha a vida por conta própria, principalmente no comércio informal. Os vendedores ambulantes, a grande maioria dos quais são pequenos

comerciantes, constituem a maioria nacional, acima dos pequenos camponeses e dos proletários.

O boom econômico resultou conjuntural para o Estado, devido à receita das exportações de gás para o Brasil e a Argentina. Os governos neoliberais se apressaram a entregar à voracidade das transnacionais petrolíferas com a famosa “capitalização” pelo governo de Sánchez de Lozada-Carlos Mesa. E que o MAS, mais tarde, manteve com a falácia de que os abutres haviam se tornado “parceiros e não patrões”. Assim, exploraram nossas reservas de gás até que praticamente se esgotassem sem ter realizado o trabalho de prospecção de novas reservas. O saque ocorreu diante da passividade dos governos do MAS, ocupados em esbanjar recursos sem nenhuma visão de futuro.

Foi assim que chegamos à actual situação de crise: o Estado falido já não dispõe de recursos para as exportações de gás. Não pode mais sustentar o subsídio aos combustíveis, não há dólares para a atividade normal do comércio, os preços sobem, acentuando a miséria das massas que saem às ruas exigindo que o governo resolva o problema dos dólares e do abastecimento normal de diesel, ou que se vá.

Este conjunto de condições objetivas, que expressam a crise econômica e política do regime burguês, determinam a possibilidade de uma revolução social como uma necessidade diante da impossibilidade da classe dominante de manter seu domínio inalterado. Mas, como Lênin e Trotsky apontaram, para a

revolução não basta que “os de baixo” não possam mais suportar a crise, mas que “os de cima” também não possam resolvê-la. Porém, o mais importante é que às condições objetivas sejam adicionadas às subjetivas, isto é, a capacidade da classe revolucionária de se colocar à frente da rebelião das massas e da presença do partido revolucionário experiente que exerça a direção estratégica e tática da luta.

Para que isso ocorra, temos de levar em conta as condições subjetivas das três classes sociais: a capitalista, a classe média e a proletária. Uma situação revolucionária só se desenvolve quando o proletariado começa a procurar a sua própria saída independente pelo caminho insurreccional contra a ordem existente. Esta é a condição subjetiva mais importante para que uma situação revolucionária ocorra, mas também que a desconfiança da classe média em todos os partidos tradicionais, incluindo os impostores do MAS, faça com que volte seus olhos para o proletariado e coloque suas esperanças numa mudança revolucionária radical da sociedade, e não aja cegamente deixando-se arrastar para uma mudança contrarrevolucionária, ou seja, fascista.

O partido revolucionário só pode descobrir isso através da luta pelo crescimento de suas forças e influência sobre as massas, sobre os camponeses e a pequena burguesia das cidades etc., e pelo enfraquecimento da resistência da classe dominante.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2804, órgão do Partido Operário revolucionário da Bolívia)

Argentina

Para acabar com a fome no mundo, devemos acabar com o capitalismo

Mais de 730 milhões de pessoas sofrem de fome no mundo, 36% a mais do que há dez anos. O mundo retrocedeu quinze anos, com níveis atuais de desnutrição comparáveis aos de 2008-2009.

Os níveis de fome permanecem catastróficamente altos pelo terceiro ano consecutivo, após um aumento acentuado entre 2019 e 2021. Assim, nenhum dos sete “Objetivos Globais para a Nutrição” da ONU, projetados para 2030, será alcançado.

No final do ano passado, 2,8 bilhões de pessoas – mais de um terço da população mundial – não conseguiam ter uma alimentação saudável, devido a rendimentos excessivamente baixos e a uma protecção social insuficiente por parte dos Estados. A grande maioria, 94%, localizada nas semicolônias. Destes, mais de 864 milhões experimentaram insegurança alimentar grave, às vezes passando um dia inteiro ou mais sem comer. Se essa tendência continuar, até 2030 cerca de 582 milhões de pessoas sofrerão de desnutrição crônica, metade delas na África.

De acordo com o Relatório anual sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo, elaborado em conjunto por cinco agências das Nações Unidas, “as causas estruturais e os fatores determinantes desse flagelo são: crises econômicas, conflitos bélicos e o impacto negativo das mudanças climáticas, que em 2023 representaram o principal fator que conspirou contra a segurança alimentar e a desnutrição” (trechos da nota de Sergio Ferrari em El Cohete a la Luna).

O quadro da fome é exacerbado pelo impacto direto da “inflação persistente dos preços dos alimentos”. A crescente dívida dos países consome grande parte dos orçamentos para pagar essa dívida e seus juros crescentes, retirando recursos da economia.

A decomposição capitalista empurra a humanidade para a barbárie. Não só não pode desenvolver as forças produtivas, mas as destrói massivamente. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia permitiria resolver os problemas mais urgentes, mas

guerras para manter a hegemonia, para se apropriar de recursos vitais, provocam desastres, destroem fábricas, edifícios, pontes, campos que por sua vez têm repercussões nos preços da economia, no desemprego e nas migrações em massa. Não é verdade que o aumento da fome seja inevitável. É inevitável enquanto subsista o capitalismo, que uma ultraminoria cada vez mais concentrada se enriqueça a cada dia e se aproprie de riquezas e recursos às custas da miséria da maioria.

Embora a recomendação das organizações seja que os Estados “devem corrigir os déficits não cobertos pelos agentes comerciais privados, investindo em bens públicos, reduzindo a corrupção e a evasão fiscal, aumentando os gastos com segurança alimentar e nutricional”, a pressão dos EUA sobre os países mais poderosos é para alocar um orçamento maior para armamentos, para a guerra e não para resolver os problemas mais desesperantes da humanidade.

Quando se argumenta que “é necessária uma nova receita para combater a fome, baseada na produção agroecológica diversificada de alimentos e mercados de alimentos localizados, em vez de cadeias alimentares industriais globais e sistemas de protecção social que garantam o direito à alimentação dos mais pobres do mundo”, não se leva em conta que, para isso, é necessário acabar com a dominação de um punhado de multinacionais sobre a produção de alimentos, expropriando-as, colocando toda a sua capacidade de produção e distribuição a serviço de centenas de milhões de pessoas que não têm uma alimentação saudável.

O que observamos em nossos países é que a pequena produção agrícola e as economias familiares são esmagadas pelo agronegócio que expande suas fronteiras e produz para o mercado mundial de acordo com o que convém à sua rentabilidade. Se não acabarmos com o latifúndio, com a dominação das oligarquias latifundiárias, com os exportadores de grãos, não há como reorganizar a economia

para produzir o que precisamos localmente, para garantir nossa alimentação.

A solução de raiz é acabar com o imperialismo, acabar com o regime de propriedade privada dos grandes meios de produção, para desbloquear as forças produtivas, poder industrializar nossos países, poder desenvolver as obras necessárias para garantir moradia, água potável, esgoto e alimentos básicos. Os programas assistencialistas podem atenuar um problema que se espalha e

piora, mas não o resolvem. Se houvesse trabalho para todos, se os salários e as aposentadorias permitissem cobrir o custo da cesta básica familiar, então não haveria necessidade de nenhum plano assistencial que ponha um prato de comida na mesa dos mais pobres.

(Extraído do *Jornal Massas* 463, órgão do Partido Operário da Argentina)



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas* 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas* 707, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas* 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas* 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas* 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas* 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934.

No *Massas* 715, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas* 716, concluímos o Tomo VI, vol. 1,

1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, co-

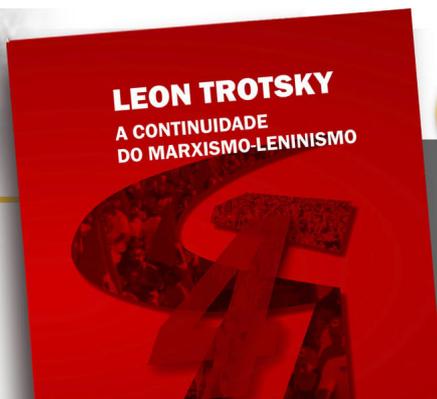
municados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin. No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a caracterização da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restauração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 19137), “Sobre a defesa da URSS” (26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937). No vol. 3, consta o folheto “Estalinismo e Bolchevismo (Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional)”, de agosto de 1937. As principais formulações sobre a burocratização do Estado operário e o processo contrarrevolucionário da restauração se encontram neste documento. Há no entanto considerações sobre a mesma questão nos textos: “No Limiar de uma Guerra Mundial” (agosto de 1937); “Entrevista ao ‘México ao Dia’”, agosto de 1937; “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York”, agosto de 1937.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Observação

Apresentaremos a síntese dos primeiros textos, em seguida destacaremos o folheto “Estalinismo e Bolchevismo”.

No artigo, “No Limiar de uma Guerra Mundial”, Trotsky expõe o alinhamento de forças do imperialismo que indicava a aproximação da Segunda Guerra Mundial. Demonstra a impotência do pacifismo e fundamenta a defesa da luta de classes como única via para responder ao avanço do militarismo. Diz: “Se as massas pretendem se levantar contra o militarismo, devem, em primeiro lugar, rechaçar a tutela das Internacionais oficiais. Não é uma tarefa fácil. Não se pode realizar em um dia ou em um mês. Seja como for, na atualidade o despertar político do proletariado é mais lento que as preparações para a nova guerra”. A Segunda Internacional socialdemocrata e a Terceira Internacional estalinizada se colocavam diante da guerra não com o programa e os métodos da revolução socialista. Submetiam-se às manobras e as alianças das potências que caminhavam para o confronto. No ponto “Guerra e revolução”, Trotsky alerta: “Dado que a nova guerra entre nações começará onde acabou a anterior, o extermínio de vidas humanas e o esbanjamento de material bélico serão muito maior, no começo desta que na da anterior, e aumentarão com maior rapidez. Os ritmos serão mais febris, as forças destrutivas mais colossais, a miséria da população mais insuportável”. A questão estava em saber o que poderia acontecer com a URSS, que “com o crescimento da indústria, incluída a bélica, contra o pano de fundo da crise mundial, o prestígio mundial

da URSS aumentou enormemente”. A posição do Estado soviético, portanto, era do interesse das alianças. Em meio a essa situação, emergiam os Processos de Moscou, cujo objetivo era o de liquidar com toda a direção bolchevique que tivera vínculo com Lênin e, posteriormente, com a Oposição de Esquerda. Trotsky assinala que a situação da URSS revelava as profundas contradições entre a adaptação do estalinismo às forças do imperialismo e a necessidade de desenvolver as revoluções proletárias. Estava convencido de que “a grande elevação cultural e econômica do país (...) cada vez tolera menos o regime de Stalin”. Tendo em conta as profundas contradições, formula a linha da revolução política: “A revolução política na URSS – isto é, a derrubada da casta burocrática, corrompida até a medula – será indubitavelmente um dos primeiros resultados da guerra. No entanto, tudo leva a crer que, se a humanidade em seu conjunto não voltar a barbárie, as bases sociais do novo regime soviético (novas formas de propriedade, economia planificada) resistirão à prova da guerra e inclusive sairão fortalecidas”. A previsão imediata sobre a possibilidade da queda do regime estalinista não se confirmou. A linha da revolução política, porém, se mostrou historicamente correta, como demonstraram os acontecimentos restauracionistas posteriores à guerra.

Na “Entrevista ao ‘México ao Dia’”, Trotsky responde a pergunta sobre os motivos de sua diferença com Stalin. A Revolução Russa refletiu a necessidade de acabar com todos os privilégios. A nova casta burocrática, ao contrário, encarnou os privilégios, elevando-se “acima das massas operárias e camponesas”. A

luta dos denominados “trotskistas” se trava em defesa dos “interesses das massas trabalhadoras contra os novos exploradores”. Eis por que os defensores do marxismo-leninismo assumiam a tarefa de derrubar o poder estalinista. O prognóstico sempre acompanhou os fundamentos do diagnóstico. Eis: “Se a burocracia instaurar sua dominação definitiva, as conquistas da Revolução de Outubro acabariam aniquiladas. Pelo contrário, se as massas trabalhadoras conseguirem derrubar a casta dominante, o país poderá desenvolver-se pelos canais socialistas. Por isso, a luta é irreconciliável. O resultado final depende de muitos fatores tanto internos como internacionais”.

Cabe destacar no escrito “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York” os pontos programáticos que as massas teriam de impulsionar na URSS, para se libertar da ditadura bonapartista. Trotsky assim descreve: “Instaurar a mais ampla democracia soviética e a legalização da luta de partidos; liquidar a casta burocrática mediante a eleição de todos os funcionários; elaborar os planos econômicos com a participação direta da população e a favor de seus interesses; eliminar as desigualdades flagrantes; liquidar as hierarquias, castas e demais distinção da nova nobreza soviética; voltar a política exterior para o espírito do verdadeiro internacionalismo principista. Considero uma medida secundária mas importante a revisão pública dos últimos processos, a reabilitação dos inocentes e severos castigos aos organizadores das fraudes”. Esses fundamentos da democracia operária, soviética, se mostraram indispensáveis para o desenvolvimento da transição do capitalismo ao socialismo.

Estalinismo e Bolchevismo

Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional

Este documento foi escrito em meio à necessidade de avançar a compreensão sobre a grave crise mundial e o lugar do processo de degeneração do Partido Comunista russo, bem como da III Internacional. Trotsky se empenhava em organizar as forças políticas que estavam na base do movimento pela constituição da IV Internacional. Viu-se diante do imperativo de desfazer as confusões e falsificações de opositores ao estalinismo. Os Processos de Moscou suscitaram reações socialdemocratas, inclusive de representantes como o austríaco Willi Schlann que veio do Partido Comunista e que publicou um folheto intitulado “A ditadura da mentira”. Esse tipo de opositor procurou identificar a ditadura burocrática de Stalin como produto do próprio bolchevismo, ou seja, do leninismo. Assim, responsabilizou o marxismo.

Trotsky critica o método que “substitui o processo

histórico no choque de forças hostis pela evolução do bolchevismo no vazio”. (...) “O Bolchevismo sempre se considerou um fator da história, o fator ‘consciente’, importante mas de nenhuma maneira o decisivo. Jamais caímos no pecado do subjetivismo histórico. Para nós, o fator decisivo – sobre a base das forças produtivas existentes – era a luta de classes, não a nível nacional, mas internacional”. (...) “O pensamento científico exige uma análise concreta: como e por que se degenerou o partido? Até o momento, somente os bolcheviques fizeram essa análise. E não foi necessário romper com o bolchevismo: seu arsenal adveio de todas as ferramentas necessárias para esclarecer seu destino. Chegaram à seguinte conclusão: é certo que o estalinismo ‘adveio’ do bolchevismo, mas não de maneira mecânica senão dialética; não como afirmação revolucionária, mas como negação termidoriana”.

Não foram necessários os Processos de Moscou para se reconhecer o significado profundo da ditadura burocrática. Ou seja, a sua função histórica de restauradora do capitalismo. Nos seus primeiros sinais, Trotsky e seus partidários assinalaram os perigos da degeneração do partido e do Estado operário. Mais ainda, antes mesmo da vitória da Revolução de Outubro, surgiu a questão sobre a tomada do poder pelo proletariado em “um país atrasado como a Rússia”. Colocava-se, portanto, a tese de que “sem uma vitória mais ou menos rápida do proletariado dos países adiantados, o governo operário russo não sobreviveria. O regime soviético abandonado à sua própria sorte degeneraria ou cairia. Mais precisamente, degeneraria e logo cairia”. Trotsky cita a sua formulação crítica ao “socialismo em um só país” na obra “História da Revolução Russa”, em que diz que “sem a revolução no ocidente, o bolchevismo será liquidado pela contrarrevolução interna, intervenção estrangeira, ou combinação de ambas”. Lembra que “Lênin sublinhou, uma vez ou outra, que a burocratização do Estado soviético não era um problema teórico ou organizativo, mas o começo potencial da degeneração do Estado operário”. Baseado nesse prognóstico, Trotsky conclui: “Assim como o Estado soviético pode abandonar o socialismo, o Partido Bolchevique pode, em condições históricas desfavoráveis, perder seu bolchevismo”.

De acordo com essa compreensão, se iniciou o combate ao estalinismo nos primeiros sinais das deformações burocráticas. “A Oposição de Esquerda surgiu definitivamente em 1923 a partir de uma compreensão clara desse perigo”. O estalinismo triunfou, valendo-se do cansaço das massas diante das privações internas e da espera da revolução mundial. O resultado foi: “em 15 anos, o desenvolvimento precipitado do processo provocou uma degeneração muito mais radical da sofrida pela socialdemocracia em meio século. Depois do expurgo, a demarcação entre o estalinismo e o bolchevismo não é uma linha sangrenta, mas um rio de sangue”.

Trotsky também responde à falsa tese de que “houve a substituição da ditadura do proletariado pela ditadura do partido”. Medidas excepcionais, como a proibição de partidos soviéticos e de frações no interior do partido,

assumidas por Lênin e pela direção, não poderiam ser confundidas como se fosse uma orientação geral em favor do partido único. Argumenta Trotsky: “(...) o perigo não radica na doutrina nem na tática mas na debilidade material da ditadura do proletariado, nas dificuldades internas e internacionais. Se a revolução tivesse triunfado na Alemanha, teria desaparecido por completo a necessidade de proibir os partidos soviéticos. É absolutamente indiscutível que a dominação do partido único serviu como ponto de partida jurídico para o sistema totalitário estalinista. Mas a causa desse processo não está no bolchevismo, nem na proibição aos demais partidos como medida transitória de guerra, mas nas derrotas do proletariado na Europa e Ásia”.

O movimento pela formação da IV Internacional se encontrava em um ponto avançado. Em 3 de setembro de 1938, viria à luz dia com o “Programa de Transição”. Foi concebida segundo a orientação de Lênin na luta do bolchevismo contra a degeneração da II Internacional. A diferença estava em que a IV Internacional se impunha como imperativo diante da liquidação programática da III Internacional pelo revisionismo estalinista.

O folheto “Estalinismo e Bolchevismo” conclui com o reconhecimento de que “as tradições bolcheviques” constituíam a espinha dorsal da IV Internacional. Tradições essas que se materializaram em todo o processo de luta de classes que culminou com a Revolução de Outubro de 1917, edificação da URSS e formação da III Internacional. O fundamental da conclusão está em que “se a burocracia estalinista conseguir destruir as bases econômicas da nova sociedade, a experiência da economia planificada sob a direção bolchevique, passará igualmente à história como uma das grandes lições da humanidade. Somente podem ignorar essas lições os sectários que lastimam e se mostram ofendidos, que viraram as costas ao processo histórico”.

Nesse exato momento, a fundação da IV Internacional completa 86 anos. O folheto “Estalinismo e Bolchevismo” não só se mantém vigente como se mostra imprescindível para a luta internacionalismo do proletariado.

(As citações foram extraídas da obra Escritos, Leon Trotsky, tomo VIII, vol. 3, Editorial Pluma)

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do **internacionalismo proletário**

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
GUERRAS NA UCRAÍNA E NA FAIXA DE GAZA POTENCIAM A CRISE MUNDIAL
RESOLUÇÕES, MANIFESTOS E DECLARAÇÕES

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:
anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.

